

Moçambique

Doença Holandesa em Moçambique?

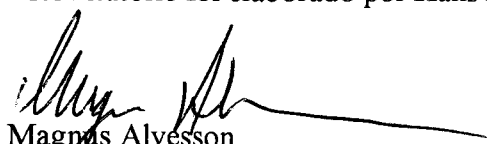
Hans Falck

Relatório Económico do País

2000:6

Este relatório económico de país sobre Moçambique faz parte de uma série de estudos anuais, que são empreendidos pelos departamentos de economia de três universidades suecas em colaboração com os departamentos regionais da Asdi ao abrigo de um acordo com o Secretariado para Políticas e Análise Socio-Económica. O objectivo destes estudos é melhorar a análise económica e o conhecimento por parte da Asdi dos países-programa da cooperação sueca para o desenvolvimento de modo a aumentar a eficácia do apoio a programas bem como a projectos.

Este relatório foi elaborado por Hans Falck.



Magnus Alvésson
Economista
Departamento para Políticas e
Análise Socio-Económica

AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Endereço postal: S-105 25 Stockholm, Suécia. Sede: Sveavägen 20, Stockholm
Telefone: + 46 (0)8-698 50 00. Telefax: + 46 (0)8-20 88 64. Telegrama: Asdi Stockholm.
Giro postal: 1 56 34-9. VAT. No. SE 202100-478901
Asdi Homepage: <http://www.sida.se>
ISBN 91-586-8966-4
ISSN 1404-031X

Doença Holandesa em Moçambique?

Hans Falck*

Instituto de Investigação Económica

Universidade de Lund

Suécia

*Gostaria de agradecer a Maude Svensson, Bruce R. Bolnick e aos participantes nos seminários em Maputo e em Estocolmo os seus comentários e as suas sugestões de valor. Além disso, gostaria de expressar a minha gratidão a funcionários e quadros do Governo moçambicano, do Banco de Moçambique, de diversos bancos, embaixadas e organizações/organismos em Maputo pela prestação de informações úteis e de valor.

Índice de Matérias

Sumário.....	ii
Introdução	1
Ajuda externa e Doença Holandesa (<i>Dutch Disease</i>)	2
A ajuda externa e a taxa de câmbio real.....	3
Doença Holandesa e fungibilidade	6
Diversas formas de ajuda e Doença Holandesa	8
Ajuda e desempenho macroeconómico	13
Ajuda externa.....	15
Orçamento do Estado.....	18
Política monetária e preços	19
Taxa de câmbio nominal.....	20
Taxa de câmbio real.....	22
Saldo externo	23
Desenvolvimento sectorial.....	26
Ajuda e desempenho macroeconómico - sumário	27
Doença Holandesa em Moçambique?	28
Ajuda, a taxa de câmbio real e o saldo externo.....	28
A alternativa hipotética à ajuda.....	31
Diversas formas de ajuda.....	32
Assistência a programas e a acumulação de reservas	34
Fungibilidade do alívio da dívida?.....	35
Ajuda que aumenta a produtividade	37
Outros afluxos de capitais – investimentos em mega projectos.....	39
Observações finais.....	41
Referências	44
Apêndice 1	46
Apêndice 2	49

Sumário

Este estudo trata da questão se a ajuda externa a Moçambique originou a Doença Holandesa (*Dutch Disease*), i.e. se a ajuda através dos seus efeitos na taxa de câmbio real prejudicou a competitividade do país. Conforme a teoria da Doença Holandesa, um afluxo de capital tal como a ajuda externa pode causar uma apreciação da taxa de câmbio real e uma redistribuição de recursos no país receptor da ajuda. Uma apreciação da taxa de câmbio real diminui a competitividade dos sectores expostos à concorrência internacional. Como resultado, a produção nestes sectores tende a diminuir, o que afecta de forma negativa o potencial do país de ganhar divisas. Este desenvolvimento contraria um dos objectivos mais importantes da ajuda externa: i.e. contribuir para um maior desenvolvimento económico e desse modo para uma redução da dependência da ajuda.

O afluxo da ajuda externa teve um aumento vertiginoso durante a segunda metade da década de 1980 e atingiu um ponto máximo em 1992 superior a US\$1.4 biliões. Depois disso, o afluxo de ajuda diminuiu e em 1997 ascendeu a aproximadamente US\$1 bilião. A importância da ajuda externa para a economia moçambicana é ilustrada pelo facto de a ajuda externa em 1996 ter constituído 60 por cento do PNB, ultrapassado apenas pela Guiné-Bissau (Banco Mundial, 1999).

A nossa análise empírica dá um resultado misto em relação aos efeitos da ajuda externa. O desenvolvimento de diversas variáveis macroeconómicas, tais como taxas de câmbio e exportações, corresponde em certa medida ao que se pode esperar desta teoria. Mesmo assim, a nossa análise não fornece muitas provas de que mudanças no afluxo de ajuda se reflectem em mudanças nas variáveis macroeconómicas na forma sugerida pela teoria da Doença Holandesa.

Quanto ao desenvolvimento sectorial relativo, a nossa análise não revela qualquer impacto da ajuda conforme vaticinado pela teoria da Doença Holandesa. No entanto, a ajuda pode ser considerada como fortalecedora da posição de Maputo como centro económico e político de Moçambique. Isto constitui motivo de preocupação, visto que contribui para o fosso de desenvolvimento existente entre Maputo e as áreas rurais.

Embora as taxas de câmbio não reflectam todas as flutuações no afluxo da ajuda, não restam dúvidas de que o afluxo de ajuda, que é superior ao dobro do tamanho dos rendimentos das exportações de bens, resultou no facto de Moçambique hoje ter uma taxa de câmbio real mais apreciada do que teria, se não recebesse ajuda externa. A ajuda externa também contribuiu para a estabilidade da taxa de câmbio real. Primeiro, cria uma procura do metical. Segundo, através da condicionalidade e pela prestação de apoio financeiro, a ajuda permite ao Governo e ao Banco de Moçambique manter uma política económica contraccionista. Terceiro, a continuação da prestação da ajuda serve de sinal a investidores privados que a economia moçambicana se encontra no trilho certo.

O impacto da ajuda nos preços e nas taxas de câmbio parece ter passado apenas de forma limitada para as variáveis reais da economia. Uma razão provável é que a elasticidade da oferta de mudanças em factores estruturais é maior do que a elasticidade da oferta de mudanças em preços e taxas de câmbio na determinação da produção (*output*) e do

desempenho das exportações. Consequentemente, os níveis baixos de desenvolvimento de capital humano, infra-estruturas e comunicações constituem obstáculos mais importantes ao crescimento do que os efeitos da Doença Holandesa.

Na medida em que a ajuda externa contribui para a eliminação de muitos estrangulamentos estruturais na economia moçambicana, pode-se esperar que os efeitos positivos da ajuda no crescimento prevaleçam sobre os seus efeitos negativos. Além disso, ao contribuir para a eliminação de estrangulamentos a ajuda também contribui para uma pressão descendente sobre os preços, o que contraria os efeitos inflacionistas da Doença Holandesa.

Não é certo que uma situação sem ajuda implicasse um aumento da competitividade. Embora a pressão apreciativa sobre a taxa de câmbio diminuísse, este ganho na competitividade seria provavelmente anulado por uma maior inflação importada. Além disso, sem ajuda o risco óbvio é que o Governo financiaria as suas despesas através de meios inflacionistas. O aumento esperado da inflação em combinação com o desaparecimento dos doadores como 'prestamistas de última instância' afectaria os investimentos privados de forma negativa.

Existem argumentos fortes no sentido de manter a ajuda a Moçambique não condicional: ajuda condicional implica que a propriedade do Governo diminui ao ritmo que a influência dos doadores aumenta, o financiamento interno dos custos correntes da ajuda condicional significa uma ameaça aos projectos e aos alvos orçamentais da preferência do Governo e os custos administrativos quer dos doadores quer do receptor aumentam com mais ajuda condicional.¹

O grande alívio da dívida implícito na iniciativa PPME (Países Pobres Muito Endividados) surtirá provavelmente um efeito positivo em fluxos de capitais privados, uma vez que melhora de forma significativa a situação global de dívida de Moçambique. Os possíveis efeitos apreciativos dos mega projectos na taxa de câmbio deviam ser mais do que contrariados pelos efeitos de aumento da produtividade dos investimentos, em especial visto que é bastante provável que a maior parte deles seja orientada para o sector das exportações.

Os efeitos limitados da Doença Holandesa da ajuda a Moçambique significam que não há motivo para aumentar a condicionalidade da ajuda. Os pequenos efeitos da Doença Holandesa que uma ajuda mais condicional implica não compensariam os efeitos negativos na forma de perda de propriedade e pressão no orçamento do Estado. Uma melhor forma de os doadores assegurarem a sua influência sobre o uso da ajuda é acrescentar condicionalidade. Ao estabelecer alvos condicionais é importante considerar a exigência de percepção por parte dos doadores face ao requisito de propriedade por parte do receptor.

Embora os efeitos da Doença Holandesa sejam actualmente limitados em Moçambique, não há garantias de que continuem a sê-lo. É provável que os efeitos da ajuda nos preços e na taxa de câmbio sejam mais importantes para o desempenho económico ao ritmo da eliminação de estrangulamentos estruturais. Para evitar efeitos não desejados na competitividade é importante criar e desenvolver instrumentos para a gestão da taxa de câmbio. Um método para prevenir os efeitos da Doença Holandesa é permitir que Moçambique coloque

¹ Aqui 'ajuda condicional' refere-se a ajuda condicionada a um uso específico e não, como é comum, a ajuda condicionada à compra de produtos do país doador.

temporariamente a ajuda em reservas internacionais. O uso da ajuda para reservas internacionais também permite ao país acomodar mudanças no comércio e em fluxos de capitais e amortecer os impactos de choques económicos.

Introdução

Como um dos países mais pobres do mundo Moçambique recebe grandes montantes de ajuda externa.² A importância da ajuda externa para a economia moçambicana é ilustrada pelo facto de a ajuda externa em 1996 ter constituído 60 por cento do PBN, ultrapassado apenas pela Guiné-Bissau (Banco Mundial 1999). A ajuda externa é de grande importância para a capacidade de importação e para as despesas orçamentais públicas. Em 1997 as transferências oficiais unilaterais representaram 41 por cento das importações de bens, ao passo que as doações e os pedidos de empréstimo perfizeram quase dois terços do total das despesas públicas (FMI 1999). Este estudo trata da questão se a ajuda externa a Moçambique originou a Doença Holandesa (*Dutch Disease*), i.e. se a ajuda através dos seus efeitos na taxa de câmbio real prejudicou a competitividade do país.

O impacto da ajuda externa na economia receptora estende-se para além do efeito pretendido. Num sistema económico tudo está relacionado e um afluxo de ajuda orientado para um sector também afecta o resto da economia ao provocar mudanças na estrutura de incentivos que afecta os preços e a distribuição de recursos em toda a economia. O impacto de afluxos de ajuda, não limitado ao sector a que estes são concedidos, pode explicar a razão por que muitos países em desenvolvimento não conseguiram pôr as suas economias no caminho de um crescimento rápido apesar de terem recebido afluxos consideráveis de ajuda externa durante longos períodos de tempo. Além disso, em muitos casos, projectos individuais de ajuda bem sucedidos não se reflectiram num desempenho macroeconómico global positivo, um fenómeno conhecido na literatura da ajuda como o paradoxo macro-micro.

Os efeitos secundários da ajuda dependem do tamanho e da estrutura económica do país receptor. Para muitos países em desenvolvimento o afluxo de ajuda constitui uma parte significativa da economia, o que significa que os efeitos da ajuda na economia circunjacente podem ser consideráveis. Quanto menor for a economia receptora e maior o afluxo de ajuda, mais sensível é a economia ao afluxo de ajuda.

² Se o PNB per capita for usado como meio de medida, o PNB moçambicano per capita de US\$90 significa que Moçambique é o país mais pobre do mundo (Banco Mundial 1999).

A forma da ajuda também é importante para o impacto da ajuda. A prestação de ajuda a projectos é a forma tradicional de assistência externa. Durante os últimos quinze anos a composição da ajuda tem mudado no sentido de formas menos condicionais, por exemplo formas diversas de assistência a programas. Visto que a ajuda é prestada em muitas formas, que são orientadas para diversos sectores, é de esperar que os seus efeitos na economia receptora difiram.

Este estudo está organizado em três partes principais. A primeira parte mostra como a ajuda externa através da taxa de câmbio real dá origem à Doença Holandesa. Esta parte analisa também a abordagem de fungibilidade à Doença Holandesa e os efeitos da Doença Holandesa de diversas formas de ajuda. A segunda parte apresenta o desenvolvimento da ajuda externa e as variáveis macroeconómicas mais importantes em Moçambique durante os anos de 1990. Finalmente, na terceira parte analisamos se há motivo para crer que a Doença Holandesa constitui um problema em Moçambique.

Ajuda externa e Doença Holandesa

Neste estudo tomaremos a abordagem da Doença Holandesa como ponto de partida para a nossa análise dos efeitos da ajuda. Conforme a teoria da Doença Holandesa, um afluxo de capitais tal como a ajuda externa pode dar origem a uma apreciação da taxa de câmbio real e a uma redistribuição dos recursos no país receptor da ajuda. Uma apreciação da taxa de câmbio real diminui a competitividade dos sectores expostos à concorrência internacional. Como resultado, a produção nestes sectores tende a diminuir, o que afecta de forma negativa o potencial do país de ganhar divisas. Este desenvolvimento contraria um dos objectivos mais importantes da ajuda externa: i.e. contribuir para um maior desenvolvimento económico e desse modo para uma redução da dependência da ajuda.

Na sua forma original a teoria da Doença Holandesa visava explicar os efeitos surtidos na economia holandesa pela descoberta na década de 1960 dos campos de gás no Mar do Norte. O gás beneficiou os Países Baixos na forma de grandes receitas de exportação. O aumento subsequente da procura do florim holandês deu origem a uma apreciação real da moeda holandesa, o que dificultou mais a concorrência dos produtos não petrolíferos comercializáveis em mercados internacionais. Desde então a teoria tem sido usada para

explicar os efeitos de diversos tipos de choques externos. A forma de choque externo mais frequentemente analisada é provavelmente a que origina em choques de preços do petróleo (por exemplo, Steigum 1992, Webster 1993). A teoria da Doença Holandesa também tem sido usada para estudar *booms* noutros sectores de produtos primários, tais como o cobre na Zâmbia (Kayizzi-Mugerwa 1998), o café no Quénia (Bevan *et al.* 1992) e produtos primários na Malásia (Claassen 1992).

A teoria da Doença Holandesa também tem sido aplicada ao caso da ajuda externa. Os efeitos da ajuda externa são comparáveis aos efeitos resultantes da descoberta de recursos naturais. Em ambas as situações a disponibilidade de divisas aumenta e regista-se uma apreciação da moeda nacional. Foram empreendidos estudos sobre os efeitos da Doença Holandesa do afluxo de ajuda na taxa de câmbio real para a Papua Nova Guiné (Weissman 1990), para o Sri Lanka (White e Wignaraja 1992), para o Gana (Younger 1992), para o Quénia (Olofsgård e Olausson 1993), para a Guiné-Bissau (Svedberg *et al.* 1994) e para a Tanzânia (Falck 1997).

Tal como outros potenciais efeitos negativos da ajuda é importante chamar a atenção para o facto de que embora a ajuda dê origem à Doença Holandesa, isto não implica necessariamente que o efeito global da ajuda seja prejudicial. A Doença Holandesa é apenas um efeito da ajuda e deve consequentemente ser ponderado face aos efeitos positivos da ajuda. A prestação ou não da ajuda depende do facto de o efeito líquido ser positivo ou negativo.

A ajuda externa e a taxa de câmbio real³

A taxa de câmbio real é uma variável essencial à teoria da Doença Holandesa. É através desta variável que a ajuda externa afecta a competitividade internacional e os sectores do país receptor. Uma das definições mais frequentemente usadas da taxa de câmbio real é a definição da paridade dos poderes de compra. A versão absoluta da paridade dos poderes de compra prevê que a taxa de câmbio real seja igual ao rácio dos preços estrangeiros, expresso na moeda local do país sobre os preços do próprio país.

³ Para uma apresentação mais técnica da teoria da Doença Holandesa vd. Falck 1997

$$TCR = TCN * P_E / P_P$$

em que TCR é a taxa de câmbio real, TCN é a taxa de câmbio nominal, P_P e P_E são índices de preços no próprio país e no país estrangeiro, respectivamente.

Conclui-se da definição que mudanças na taxa de câmbio real são funções de mudanças subjacentes quer na taxa de câmbio nominal quer nos preços de bens e serviços (nacionais e estrangeiros). Uma análise dos efeitos da ajuda externa na taxa de câmbio real e desse modo também na competitividade do país receptor da ajuda requer por conseguinte o estudo do impacto da ajuda nestas variáveis (para uma definição da taxa de câmbio real vd. Apêndice 2).

Começemos por considerar os efeitos da ajuda na taxa de câmbio nominal. No caso de uma taxa de câmbio de flutuação livre o mercado de divisas obtém lucro quando a oferta é igual à procura.

A ajuda externa aumenta a disponibilidade de divisas no país receptor. Como resultado, o mercado tem um lucro a um preço superior da moeda local do que no caso em que não existe ajuda externa, *ceteris paribus*, i.e. a ajuda externa aprecia a taxa de câmbio nominal. A ajuda pode afectar a taxa de câmbio nominal também de outra forma: quando a balança de pagamentos tem um lucro, embora isto se deva ao afluxo de ajuda, o Governo não se sente impelido a corrigir a taxa de câmbio. Por conseguinte, a ajuda externa possibilita ao Governo manter uma taxa de câmbio sobrevalorizada.

O resultado da ajuda externa pode ser que a ligação entre a taxa de câmbio e a competitividade internacional do país seja debilitada (Edwards 1989). A ajuda externa, tal como todos os fluxos de capitais, afecta o nível da taxa de câmbio. Quanto mais ajuda externa um país receber, maior será este impacto, *ceteris paribus*. O resultado para um país em desenvolvimento que receba um montante de ajuda externa que seja grande relativamente ao seu comércio externo pode ser que a taxa de câmbio seja determinada mais pelos fluxos de ajuda externa do que pelas exportações e importações. Consequentemente, o nível da taxa de câmbio não é por si um bom indicador da competitividade internacional do país.

No caso de uma taxa de câmbio fixa os efeitos da ajuda externa são na totalidade acomodados através de mudanças nos preços. Conforme o modelo central da Doença Holandesa (por exemplo Corden e Neary 1982) um afluxo de ajuda causa dois efeitos diversos, o efeito de movimento de recursos e o efeito de gasto, ambos contribuindo para uma apreciação da taxa de câmbio real.

O efeito de gasto é uma função do aumento do rendimento disponível que se segue ao afluxo de ajuda externa. Se se supuser uma elasticidade positiva do rendimento, a mudança no rendimento dará origem a uma maior despesa e subsequentemente a uma maior procura na economia. Como a oferta de bens está limitada pelos recursos do país, haverá um excesso de procura que faz com que os preços dos produtos nacionais disparem no sentido ascendente em comparação com os preços estrangeiros apreciando desse modo a taxa de câmbio real.

O efeito de movimento de recursos dá origem à inflação ao criar um excesso de procura de recursos escassos e afecta a economia ao elevar a produtividade marginal dos factores de produção no sector favorecido pela ajuda. A compensação dos factores aumenta tendo como resultado a passagem dos factores de produção para dentro deste sector de crescimento rápido e para fora de outros sectores da economia. Consequentemente, devido ao afluxo de ajuda, os sectores em desfasamento perdem recursos de produção e a produtividade diminui. Esse decréscimo na produtividade implica um maior custo de produção, uma oferta nacional mais baixa e, em regra, também preços mais elevados.

Por exemplo, um projecto de ajuda que envolva construção aumenta muito provavelmente os salários dos trabalhadores da construção civil neste sector, o que por sua vez aliciará mão-de-obra de outros sectores da economia. Além disso, a ajuda em si poderá tornar-se uma indústria através da qual uma série de pessoas ganha a vida. Digno de nota é o facto de não serem apenas os projectos de ajuda em si que proporcionam oportunidades de emprego local. A gestão de organizações e organismos doadores também cria a procura de empregados locais tais como motoristas, empregados de limpeza, secretárias, etc. Ao gerar uma procura de empregados, as actividades das organizações e dos organismos doadores resultam em salários que aumentam a um ritmo superior ao ritmo no resto da economia. Consequentemente, a ajuda dá origem a um efeito de atracção (*pull effect*), que encoraja as pessoas a procurarem a sua sorte nas cidades grandes, a partir das quais os doadores operam em geral. Por

consequente, a ajuda externa corre o risco de contribuir para desequilíbrios no crescimento e para um aumento das diferenças entre os sectores modernos e os tradicionais.

Doença Holandesa e fungibilidade

A Doença Holandesa causa fungibilidade, uma condição que usaremos na nossa análise dos efeitos da ajuda externa a Moçambique. Fungibilidade ocorre quando a ajuda substitui as despesas internas libertando desse modo recursos que podem ser usados para outros fins. Diz-se que a ajuda externa é fungível, quando é gasta em bens e serviços que o receptor teria de qualquer modo comprado.

Fungibilidade implica que a ajuda substitui mais do que propriamente complementa as despesas locais, o que tradicionalmente tem sido considerado o objectivo da ajuda. A ideia que a ajuda externa deve complementar os recursos locais remonta ao modelo de crescimento de Harrod-Domar (1939, 1946) e ao modelo de duas brechas (*two-gap model*) de Chenery e Strout (1966). Este último modelo assenta na hipótese da presença de brechas de poupanças e de divisas que os países em desenvolvimento não podem colmatar através dos seus próprios esforços de exportação ou poupança. Além disso, a baixa credibilidade financeira destes países implica que os mercados de capitais internacionais estão fechados. Pelo contrário, conforme o modelo de duas brechas, a ajuda externa é necessária para colmatar estas brechas. Consequentemente, a ajuda externa possibilita ao país em desenvolvimento ter níveis de importação e investimentos superiores aos que as exportações e as poupanças nacionais podem proporcionar.

Se a ajuda destinada às importações cumprir o seu papel de complemento aos recursos locais, as importações aumentarão no montante total do afluxo de ajuda. Se pelo contrário a ajuda substituir os recursos locais, verifica-se fungibilidade. Neste caso a ajuda é pelo contrário usada para outros itens da balança de pagamentos, tais como a acumulação de reservas ou a redução de pedidos de empréstimo estrangeiros. O país receptor também pode usar a ajuda para diminuir as exportações, nesse caso verifica-se a Doença Holandesa.

Conforme White (1994) a identidade da conta da balança de pagamentos será usada para ilustrar o conceito de fungibilidade. Por definição a conta corrente deve ser igual à conta de capitais. O lado da conta corrente da conta da balança de pagamentos consiste em exportações

(X), importações (M), serviços da dívida (SD), outros pagamentos aos factores de produção (OPF), transferências oficiais (TO) e transferências privadas (TP). O lado da conta de capitais da conta da balança de pagamentos consiste em afluxos de capitais concessionais de longo prazo (CCLP), outros afluxos de capitais (OC), mudanças em reservas (MR) e erros e omissões (EO).⁴ A identidade da balança de pagamentos pode agora ser definida como

$$(1) \quad X - M - SD + OPF + TO + TP = - (CCLP + OC + MR + EO).$$

A componente da ajuda externa (AE) da identidade da balança de pagamentos consiste em transferências oficiais e capital de ajuda a longo prazo:

$$(2) \quad AE = TO + CCLP.$$

Se substituirmos a ajuda externa (AE) na Equação (1) e fizermos um novo arranjo dos campos

$$(3) \quad M = AE + X - SD + OPF + TP + OC + MR + EO.$$

Podemos agora discutir esta identidade em termos de fungibilidade e Doença Holandesa. Se a ajuda externa destinada às importações não aumentar as importações no montante total do fluxo de ajuda, então verifica-se fungibilidade. Se a razão for o facto de as exportações serem reduzidas, então a fungibilidade é da forma da Doença Holandesa. Suponhamos, por exemplo, que os rendimentos de exportação de um país são US\$100 milhões, que são usados na íntegra para as importações. Em termos da Equação 3 há um aumento de US\$100 milhões das exportações no lado direito, que é equilibrado por um aumento em US\$100 milhões com origem nas importações no lado esquerdo.

Suponhamos agora que o país recebe US\$100 milhões em forma de ajuda. Se não se verificar nenhum efeito da Doença Holandesa, o país tem US\$200 milhões que podem ser usados para importações (US\$100 milhões da ajuda externa e US\$100 milhões das exportações).

Consequentemente, a ajuda, juntamente com os rendimentos das exportações, equilibra as importações (US\$200 milhões) na Equação 3. Neste caso, o fluxo de ajuda externa aumenta as importações no montante total. Mas se a ajuda externa der origem à Doença Holandesa, as

⁴ MR é uma redução de reservas.

exportações cairão. Se as exportações caírem para US\$50 milhões, isso implica que o país tem US\$150 milhões que podem ser usados para importações (US\$100 milhões da ajuda externa e US\$50 milhões das exportações). Consequentemente, neste caso, devido à Doença Holandesa, um afluxo de ajuda externa de US\$100 milhões aumenta as importações em apenas US\$50 milhões em comparação com uma situação hipotética alternativa sem ajuda.

Conforme mencionado acima, a ajuda também pode dar origem a outras formas de fungibilidade. No entanto, ao contrário do caso em que as exportações diminuem, esta forma de fungibilidade não é causada pela Doença Holandesa. Por exemplo, a ajuda pode ser usada para acumular reservas que terão como resultado o facto de as importações não aumentarem no montante total do afluxo de ajuda. Além disso, nem todas as formas de ajuda visam um aumento das importações. A ajuda pode, por exemplo, ser concedida com o objectivo de ser usada para diminuir os pedidos de empréstimo ou reembolsar dívidas. Um exemplo de ajuda externa com esse objectivo é o alívio da dívida. Neste caso, todas as transacções da balança de pagamentos têm lugar do lado direito da Equação 3, um aumento da ajuda externa na forma de alívio da dívida é contrabalançado por um aumento do serviço da dívida. Por exemplo, um afluxo de ajuda externa de US\$100 milhões destinado ao alívio da dívida é acomodado por um aumento de US\$100 milhões em serviço da dívida de US\$100 milhões. As importações não são afectadas por esta transacção.

Diversas formas de ajuda e Doença Holandesa

É de esperar que diversos tipos de ajuda externa dêem origem a diversos graus de Doença Holandesa. Quanto mais a ajuda externa causar movimentos de recursos e quanto mais aumentar as possibilidades de gastos em bens não comercializáveis, maiores serão os efeitos da Doença Holandesa na forma de apreciação da taxa de câmbio real e de mudanças na estrutura da produção.

A ajuda externa pode ser dividida em três categorias diversas – ajuda a projectos, ajuda sectorial e assistência a programas. A ajuda a projectos é um exemplo da forma tradicional de ajuda, mencionada no capítulo anterior, que é motivada por teorias de crescimento que consideram a ajuda um complemento às poupanças locais. A ajuda a projectos é normalmente concedida com o objectivo de apoiar investimentos através do pagamento da componente de

importação, enquanto se pressupõe que os custos correntes sejam cobertos a nível local.

Na categoria de assistência a programas incluímos apoio ao orçamento, apoio à balança de pagamentos, apoio à importação, alívio da dívida, etc. Numa escala maior a assistência a programas foi prestada pela primeira vez por volta de 1980 como reacção à incapacidade de vários receptores de ajuda cobrirem os custos locais dos projectos de ajuda. Para começar, a assistência a programas era concedida como apoio condicional à importação que possibilitava aos receptores importar bens intermédios e equipamento de manutenção.⁵ Porém, devido à sua forma condicional o apoio à importação era inflexível e gradualmente foi-se registando um movimento no sentido de formas menos condicionais tais como o apoio à balança de pagamentos e ao orçamento.

Finalmente, a ajuda sectorial é condicionada a despesas num sector específico. Pode-se questionar se a ajuda sectorial deve ser considerada uma categoria de ajuda em si ou se deve ser incluída na assistência a programas. De facto, se não houver restrições quanto ao uso da ajuda sectorial, na prática não é diferente da assistência a programas. No entanto, a ajuda ordinária a projectos orientada para um sector específico e coordenada ao abrigo de um chapéu comum é por vezes também designada ajuda sectorial. Neste caso a ajuda é condicional em conformidade com o que normalmente se aplica à ajuda a projectos. Consequentemente, visto que a ajuda sectorial figura entre a ajuda a projectos e a assistência a programas, quando se trata de até que ponto se pode usá-la livremente, escolhemos aqui tratá-la como uma categoria por si.

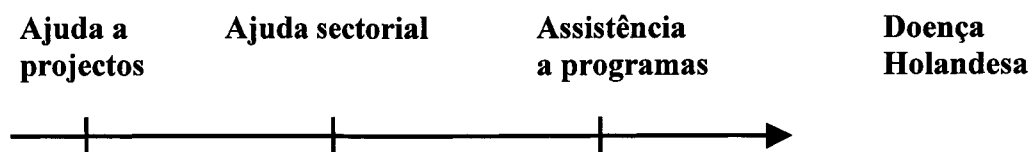
A Figura 1 dispõe as três categorias de ajuda de acordo com a sua propensão para causar a Doença Holandesa. Quanto mais à direita do eixo, maior é a propensão da categoria de ajuda para causar a Doença Holandesa.

A ajuda a projectos tem a menor propensão para causar a Doença Holandesa (e outras formas de fungibilidade), visto que proporciona aos doadores as maiores possibilidades de condicionarem as despesas a produtos, que o receptor de outro modo não teria comprado. Consequentemente, com a ajuda a projectos, o risco de a ajuda substituir as poupanças locais e ser usada para outros fins, que os fins que os doadores estão interessados em apoiar, é

⁵ Com 'ajuda condicional' refere-se a ajuda condicionada a um uso específico e não, como é comum, a ajuda condicionada à compra de produtos do país doador.

menor do que o risco para as outras categorias de ajuda. Contudo, isto não implica que a ajuda a projectos não possa causar a Doença Holandesa. Se a ajuda a projectos for usada para produtos que o Governo teria de qualquer modo comprado com o seu próprio dinheiro, pode haver um efeito de Doença Holandesa.

Figura 1



A assistência a programas é a categoria de ajuda com maior propensão para causar a Doença Holandesa. O apoio não condicional ao orçamento e o apoio não condicional à balança de pagamentos têm, por exemplo, maior propensão para causar a Doença Holandesa do que o apoio condicional à importação. O caso extremo é apoio não condicional ao orçamento com nenhuma condições ligadas, visto que implica uma execução orçamental que permite ao Governo aumentar as suas despesas em qualquer área que prefira, i.e. verifica-se fungibilidade absoluta.⁶ Mas o apoio à importação também pode causar a Doença Holandesa, embora seja mais condicional do que o apoio à balança de pagamentos e ao orçamento.

Conforme foi mencionado, o alívio da dívida difere de outras formas de assistência a programas no sentido em que não é principalmente destinado às importações. O alívio da dívida pode causar fungibilidade, caso o receptor tivesse pago a dívida à falta do alívio da dívida. Se o receptor tivesse pago a dívida à falta de alívio da dívida, a concessão de alívio da dívida implica que os recursos nacionais estão agora livres para serem usados para outros fins. Por outro lado, se o receptor não tivesse pago a dívida à falta de alívio da dívida, o alívio da dívida não libertará recursos nacionais não causando desse modo fungibilidade.

O alívio da dívida pode aumentar os recursos de outra forma, caso dê origem a um afluxo de capitais estrangeiros. Se o alívio da dívida aliviar a dívida pendente, isto significa que os investidores estão mais dispostos a investir no país, i.e. registar-se-á um afluxo de capitais que

⁶ Se vale a pena ou não falar de fungibilidade quando o objectivo do afluxo de ajuda é fornecer recursos livres constitui um assunto para discussão.

afectará a balança de pagamentos de forma semelhante ao afluxo de ajuda.

Finalmente, uma vez que a ajuda sectorial não está limitada a um projecto específico, como no caso da ajuda a projectos, e não pode ser usada de forma tão livre como a assistência a programas, figura entre estas duas categorias de ajuda no que respeita à sua propensão para causar a Doença Holandesa.

Aspectos de ajuda para além da Doença Holandesa

Poderá, evidentemente, haver aspectos positivos das formas de ajuda, que tendam a causar a Doença Holandesa, que contrabalançam este efeito negativo. A assistência a programas, por exemplo, poderá surtir em sectores internacionais efeitos positivos que ultrapassem os efeitos negativos causados pela Doença Holandesa. Estes efeitos positivos devem-se ao facto de as diversas formas de assistência a programas aumentarem a possibilidade de os produtores obterem bens intermédios produzidos no estrangeiro. Antes de se decidir sobre o tipo de ajuda externa que deve ser usado, é por isso importante considerar quer os efeitos positivos quer os negativos.

Consequentemente, embora a ajuda a projectos cause provavelmente um menor efeito da Doença Holandesa que outras formas de ajuda, *ceteris paribus*, não podemos inferir daí que a ajuda a projectos seja melhor. Existem também outros aspectos que têm de ser considerados, sendo um deles o custo de administração da ajuda. Quanto mais pormenorizadas forem as regras para a implementação da ajuda, mais elevados são os custos. É de esperar que a ajuda na forma de ajuda a projectos gere mais custos na forma de planificação, administração, controlo e avaliação de modo a preencher os requisitos mais especificados ligados a esta forma de ajuda. Por outro lado, é bastante provável que o apoio não condicional ao orçamento não precise tanto de custos de administração como a ajuda a projectos. Consequentemente, quando se decide a forma de ajuda, é importante que o risco de fungibilidade seja ponderado face ao custo de administração.

Para além de custos de administração mais baixos existem outros aspectos que também pesam a favor de formas de ajuda menos condicionais. Um tal aspecto é o de propriedade, tendo a sua importância sido realçada no recente debate sobre a ajuda (por exemplo Banco Mundial 1998). Sustenta-se que com um grau mais elevado de propriedade por parte do governo local,

i.e. uma maior possibilidade de influenciar as áreas para as quais a ajuda é orientada, maiores são as possibilidades de sucesso. Mas a possibilidade de exercer influência depende do grau de condicionalidade da ajuda: quanto menos condicional for a ajuda, maior é a possibilidade do receptor de influenciar o resultado.

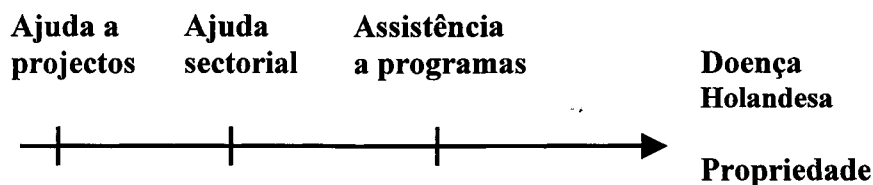
A ajuda condicional, tal como a ajuda a projectos, implica uma propriedade limitada, visto que existe o risco de serem os doadores quem essencialmente determina a agenda. A ajuda a projectos pode forçar o governo a apostar em áreas, nas quais de outro modo não teria escolhido investir. Por exemplo, se ajuda for orientada para um projecto de um hospital, poderá haver condições que obriguem o Governo a cobrir os custos locais. Visto que o Governo é pressionado por parte do FMI e do Banco Mundial no sentido de adoptar alvos orçamentais, resta menos dinheiro para gastos em projectos da preferência do Governo. Por conseguinte, ao condicionar a ajuda a projectos específicos, são os doadores que determinam a agenda pelo Governo.

A ajuda condicional também corre o risco de afectar de forma negativa os alvos orçamentais. Se os custos correntes não forem financiados pela ajuda, existe o risco de os escassos recursos locais serem usados para cobrir estes custos. Visto que outras despesas orçamentais também têm de ser financiadas, os alvos de despesas serão ameaçados.

Consequentemente, para além de medir a propensão para causar a Doença Holandesa, o eixo da Figura 2 também pode ser usado para medir a propriedade. A partir da figura vemos que um grau elevado de propriedade tende a andar de mãos dadas com uma elevada propensão para causar a Doença Holandesa. Assim, existe uma solução de compromisso (*trade-off*) entre o desejo de fornecer propriedade ao governo e o desejo de minimizar a Doença Holandesa.

O que é então mais importante, evitar a Doença Holandesa ou criar propriedade? Não existe uma resposta geral a esta pergunta. Mais propriamente, a importância das metas depende das necessidades de cada receptor da ajuda, que por sua vez são determinadas pela situação política e económica do país. Consequentemente, depende de cada doador decidir o que é mais importante: um nível baixo de Doença Holandesa ou um grau elevado de propriedade.

Figura 2



Finalmente, um aspecto não directamente relacionado com o grau de condicionalidade da ajuda, mas em todo o caso de importância quando se discutem os efeitos da Doença Holandesa da ajuda, é a forma como formas diversas de ajuda afectam a produtividade. Vimos que a ajuda dá origem à Doença Holandesa através dos seus efeitos de aumento de preços. No entanto, embora a ajuda possa alimentar a inflação através de efeitos de despesas e movimento de recursos, também pode contribuir para uma pressão no sentido descendente sobre os preços. Através de um aumento da produtividade algumas formas de ajuda contribuem para baixar os custos de produção. Um exemplo de ajuda que aumenta a produtividade é a ajuda que resulta numa melhoria do capital humano, na forma de educação ou saúde, ou em transferências de tecnologia.⁷ Outro exemplo de como a ajuda pode resultar numa pressão descendente sobre os preços é quando elimina estrangulamentos causados, por exemplo, pela falta de mão-de-obra especializada ou por infra-estruturas ou comunicações deficientes. Consequentemente, cada forma de ajuda tem de ser analisada para averiguar o que domina: se são os efeitos que alimentam a inflação ou os efeitos que a controlam.

Ajuda e desempenho macroeconómico

Neste capítulo apresentamos o desenvolvimento da ajuda e o desempenho macroeconómico moçambicano durante a década de 1990. Devido ao número baixo de observações estamos limitados a uma análise bidimensional baseada em diagramas, em que se comparam o desenvolvimento da ajuda e diversas variáveis económicas. A desvantagem de uma tal análise

⁷ Joseph Stiglitz (1998) no seu Consenso Pós-Washington realça a importância do capital humano e das transferências de tecnologia não apenas para o crescimento económico, mas também para o alcance de outras metas de desenvolvimento tais como um desenvolvimento sustentável, uma melhoria do nível de vida e um desenvolvimento equitativo e democrático.

é que não considera os efeitos de outros factores que também afectaram a economia moçambicana durante o período estudado.⁸ Exemplos de factores exógenos ao afluxo de ajuda são mudanças em taxas de juro internacionais, taxas de câmbio e razões de troca. Além disso, condições climatéricas extremas na forma de secas ou cheias têm afectado a forma como a economia moçambicana se tem desenvolvido. Devido ao impacto destes outros factores, é de esperar que uma análise bidimensional só detecte os efeitos da ajuda nos casos em que estes efeitos sejam consideráveis. A restrição imposta por esta forma de análise implica que o resultado tem de ser interpretado com cautela. Consequentemente, este capítulo deve ser considerado mais uma base para discussão posterior do impacto da ajuda na economia moçambicana do que propriamente uma tentativa de determinar qualquer relação específica entre o afluxo de ajuda e o desempenho macroeconómico.

Um desenvolvimento macroeconómico moçambicano positivo durante os anos de 1990 – o crescimento aumentou, a inflação diminuiu e os saldos orçamental e externo melhoraram de forma considerável – determina o contexto da nossa análise (Tabela 1). Especialmente durante os últimos três anos o desempenho económico tem sido impressionante. Entre 1996 e 1998 o crescimento aumentou em média 9.8 por cento e a inflação foi em média de 6.9 por cento, o que se pode comparar com 6.6 por cento e 36.5 por cento respectivamente durante o período total de 1990-98.⁹

Tabela 1 Indicadores macroeconómicos 1990-98 (por cento)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Taxa de crescimento do PIB real	1,0	4,9	-0,8	18,8	4,5	1,4	6,2	11,3	11,8
Taxa de inflação	47,1	35,2	54,5	43,6	70,2	57,0	16,2	5,8	-1,3
Crescimento das exportações	20,6	28,4	-14,2	-5,4	24,4	6,3	29,7	1,7	7,9
Défice da conta corrente ^{a,b}	255,6	202,2	204,0	221,8	210,9	145,2	118,8	106,6	138,8
Transferências oficiais ^b	149,6	137,4	138,0	135,4	137,7	72,8	52,4	54,7	53,9
Défice orçamental global ^{a,c}	58,8	53,4	55,4	52,6	62,8	53,2	48,6	49,8	48,2
Doações recebidas ^c	34,0	41,4	44,0	40,5	45,5	40,4	33,7	38,9	37,2

Fonte: Banco de Moçambique e FMI

a) antes das doações

b) como percentagem das exportações de bens e serviços

c) como percentagem do total das despesas orçamentais e dos empréstimos líquidos

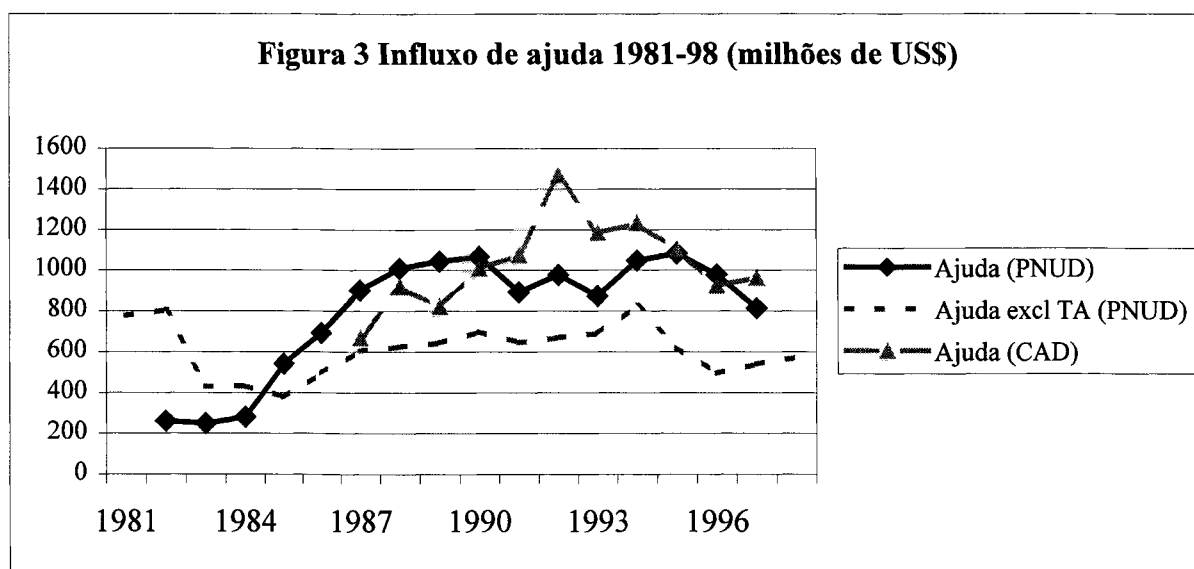
⁸ Quando se analisam variáveis económicas moçambicanas, existem problemas com a qualidade dos dados e o número baixo de observações. Como resultado, é importante tratar quaisquer conclusões com cautela. Nesta análise usámos séries de dados existentes baseadas em estatísticas do Governo de Moçambique, do Banco de Moçambique e do FMI. Como resultado de uma revisão estatística das contas nacionais para 1996-97 pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB nominal para 1997 foi melhorado em cerca de 25 por cento e a importância relativa das componentes da procura foi mudada. As estatísticas de anos anteriores não foram revistas, o que contribui para a inconsistência da série cronológica (FMI 1999).

⁹ Note-se que a taxa de crescimento média relativamente elevada para o período de 1990-98 é aumentada pela taxa de crescimento de 18.8 por cento de 1993.

Ajuda externa

A Figura 3 mostra os afluxos de ajuda a Moçambique durante as décadas de 1980 e de 1990. Como resultado do início do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, apoiado pelo FMI, a ajuda externa em maior escala tinha começado a chegar de doadores ocidentais bilaterais e multilaterais.¹⁰

Como a figura mostra, as estimações do tamanho do afluxo de ajuda a Moçambique diferem entre o PNUD e a OCDE. Os números da OCDE para o afluxo de ajuda pré-1990 são mais baixos do que os números do PNUD, ao passo que este padrão é inverso para o afluxo de ajuda pós-1990. Em especial, para o período de 1991-94, os números da OCDE mostram valores muito mais elevados para o afluxo de ajuda do que os números do PNUD.



Fontes: PNUD (1999) e OCDE (1998)

Uma explicação possível para a discrepância entre as diversas fontes é que os números do PNUD são recolhidos em Moçambique, ao passo que os da OCDE se baseiam em informações providas directamente dos países doadores. Pontos de vista diversos acerca de

¹⁰ Durante a década de 1980 uma parcela considerável dos afluxos de capitais proveio da União Soviética e dos seus aliados.

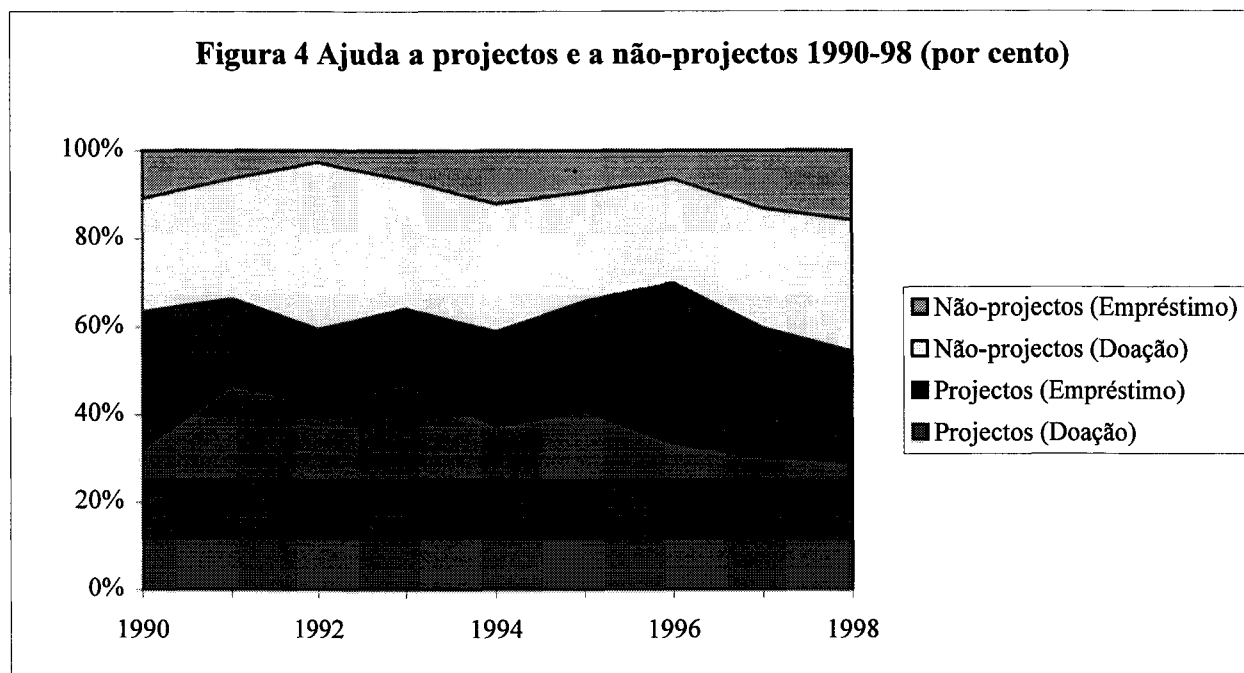
quais transacções são consideradas ajuda podem também ter contribuído para esta discrepância. Pode-se suspeitar que os doadores definem ajuda num sentido mais lato que os receptores, o que pode explicar os números mais elevados da OCDE. Finalmente, é possível que a discrepância entre os números possa ser explicada pela incerteza genuína acerca dos verdadeiros números.

Conforme a OCDE o afluxo de ajuda externa teve um aumento vertiginoso durante a segunda metade da década de 1980 atingindo em 1992 um ponto máximo de mais de US\$1.4 biliões. Depois disso, o afluxo de ajuda diminuiu caindo em 1997 para cerca de US\$1 bilião. O grande afluxo durante a primeira metade da década de 1990 significou que a ajuda externa constituiu mais de 100 por cento do PIB entre 1992 e 1994. Este número elevado deve ser considerado na perspectiva de afluxos de ajuda que foram excepcionalmente grandes devido ao acordo de paz em 1992 e às eleições democráticas em 1994. Além disso, durante este período a economia moçambicana foi-se abaixo devido à guerra e a catástrofes de natureza climática. O crescimento económico desde então significa que a ajuda como uma proporção do PIB diminuiu. Comparados com os números da ajuda da OCDE os números do PNUD dão a impressão que o afluxo de ajuda foi consideravelmente inferior durante a primeira metade da década de 1990.

O PNUD também apresenta os números dos afluxos de ajuda excluindo a assistência técnica (Figura 3). Estes números dão uma melhor imagem do que o total de números da quantidade de ajuda que entra efectivamente na balança de pagamentos moçambicana. Por isso, na nossa análise usamos os números do PNUD excluindo a assistência técnica.

A Figura 4 mostra que a importância da ajuda a projectos versus a ajuda a não-projectos como fonte de financiamento de despesas públicas diminuiu durante a década de 1990. Em 1990 a ajuda a projectos fez 63.5 por cento do total da APD, ao passo que em 1998 o número correspondente foi de 54.5 por cento. Consequentemente, a ajuda a Moçambique acompanha a tendência prevalecente de maior importância para a ajuda a não-projectos. Noutro aspecto, porém, Moçambique afasta-se do padrão geral. Pode-se observar a partir da figura que a parcela de empréstimos no total da ajuda até agora durante a década de 1990 apenas diminuiu em 1 por cento do nível de 1990 de 57.9 por cento. Neste aspecto o desenvolvimento em Moçambique vai contra a tendência actual no sentido de uma maior parcela de doações no

total da ajuda.

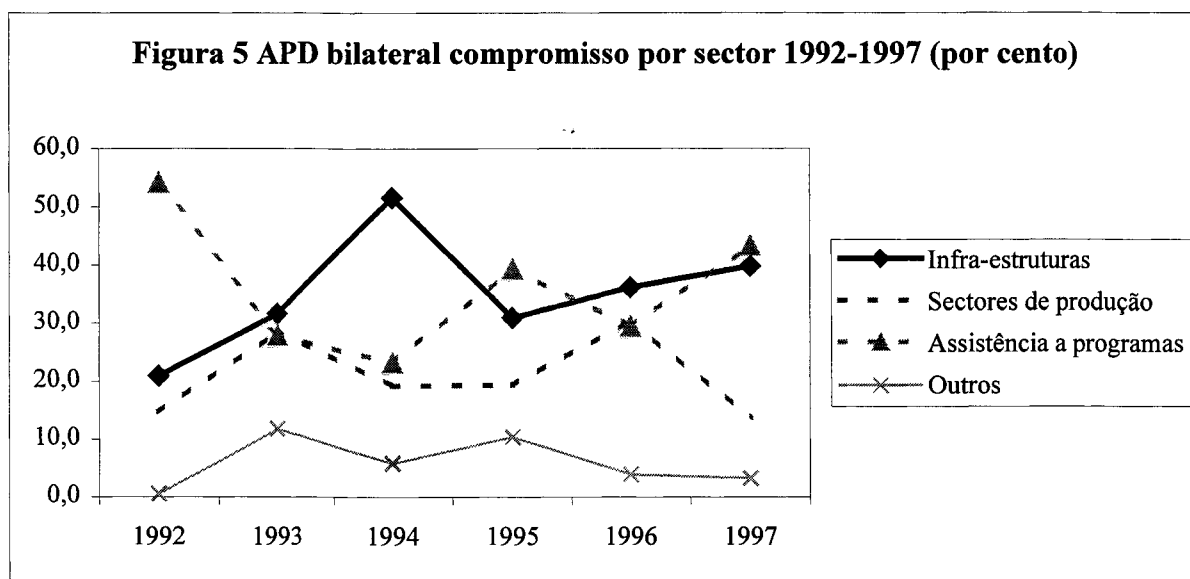


Fontes: Banco de Moçambique e FMI

A OCDE divide a ajuda conforme compromisso por sector. A Figura 5 mostra que a ajuda prometida durante o período de 1992-97 pode ser dividida em quatro grupos principais: ‘infra-estruturas’, ‘sectores de produção’, ‘assistência a programas’ e ‘outros’.¹¹ O grupo de ‘infra-estruturas’, no qual encontramos tanto infra-estruturas como serviços sociais e económicos, revela uma tendência crescente durante o período. ‘Infra-estruturas e serviços sociais’ inclui educação, saúde, abastecimento de água e condições sanitárias, etc. Em especial, as parcelas relativas a educação e saúde aumentaram durante os anos estudados.

O grupo de ‘infra-estruturas e serviços’ inclui energia e transportes e comunicações, tendo ambas as parcelas aumentado durante o período. A ajuda prometida ao grupo de ‘sectores de produção’ indica uma tendência para a estagnação. Neste grupo, a assistência multisectorial é a maior seguida de comércio e turismo e agricultura. No grupo de ‘assistência a programas’, acções relacionadas com a dívida constituem uma grande parte, implicando que mudanças anuais no alívio da dívida têm um grande impacto no desenvolvimento deste grupo. Além disso, este grupo inclui ajuda alimentar. Finalmente, ‘outros’ revela uma tendência

decrecente durante o período, devido a uma queda na necessidade de assistência de emergência.



Nota: 'Infra-estruturas' inclui infra-estruturas e serviços sociais e económicos, 'Sectores de produção' inclui assistência multisectorial, 'Assistência a programas' inclui ajuda alimentar e acções relacionadas com a dívida e 'Outros' inclui assistência de emergência e não afectada/não especificada.

Fonte: OCDE (1998)

Orçamento do Estado

O total das despesas orçamentais moçambicanas é ainda consideravelmente maior do que as receitas, que em 1998 deixaram Moçambique com um défice orçamental antes das doações que ascendia a MT 4,923 biliões ou a 10.5 por cento do PIB (FMI 1999). A Tabela 1 revela uma tendência decrescente para o défice orçamental como parcela do total das despesas e dos empréstimos durante a década de 1990. Embora o défice orçamental se mantenha grande, operaram-se melhorias estruturais significativas quer no lado das despesas quer no lado das receitas. As privatizações resultaram numa redução considerável de subsídios a companhias não estatais, pondo assim mais recursos à disposição dos sectores sociais. No lado das receitas, operaram-se melhorias significativas na cobrança de impostos, por exemplo através da privatização dos serviços alfandegários.

¹¹ Para uma apresentação mais desagregada da ajuda prometida vd. Tabela A.6.

A Tabela 1 indica que a ajuda constituiu indiscutivelmente a fonte mais importante de financiamento do défice orçamental durante toda a década de 1990. Porém, a tabela também mostra que a parcela de ajuda no total das despesas orçamentais e de empréstimos líquidos diminuiu ligeiramente durante a década de 1990, indicando uma pequena redução da dependência da ajuda por parte do Governo. Em 1998 as doações foram distribuídas uniformemente entre a ajuda a projectos e fundos constituídos por contravalor do apoio à balança de pagamentos.

Para financiar o défice após as doações o Governo conta com pedidos de empréstimo externos. Desde 1994 os pedidos de empréstimo externos têm sido suficientemente grandes não só para cobrir o défice orçamental como também para efectuar reembolsos líquidos à banca. Em 1997 e 1998 os pedidos de empréstimo externos foram de 226 por cento e 197 por cento, respectivamente, do défice após as doações.

Política monetária e preços

Uma política monetária expansionista em combinação com os efeitos inflacionários das grandes desvalorizações do metical e a desregulação de preços explica em grande medida o nível elevado da inflação durante a primeira metade da década de 1990 (Tabela 1) (FMI 1998:8). Contudo, também é possível que a ajuda externa tenha contribuído para este desenvolvimento. Tal como a Figura 6 indica, registaram-se aumentos (reduções) da ajuda juntamente com aumentos (reduções) da inflação até 1996, o que sustenta a hipótese da teoria da Doença Holandesa de que o efeito de gasto da ajuda afecta os preços. Em especial, é digno de nota que a inflação atinge pontos máximos em 1992 e 1994, i.e. os anos dos grandes afluxos de ajuda devido ao tratado de paz e às eleições democráticas, respectivamente. Desde 1996 este padrão tem sido quebrado tendo a inflação diminuído apesar dos aumentos dos afluxos de ajuda.

A explicação mais importante da queda da inflação é a privatização do Banco Comercial de Moçambique (BCM) em 1996 e as reformas financeiras concomitantes, que resultaram em melhor controlo monetário e desse modo melhores possibilidades para o Banco de Moçambique implementar uma política monetária contraccionista. O aumento da massa monetária (M2) caiu de 38.0 por cento em 1995 para 20.3 por cento em 1996. Apesar da contracção da política monetária, permitiu-se um aumento dos activos externos líquidos e o

ajustamento foi em compensação acomodado através de uma redução dos activos internos líquidos. Essencialmente, houve uma restrição do crédito ao Governo (que efectuou os seus reembolsos da dívida ao Banco de Moçambique), ao passo que os aumentos de crédito ao sector privado se mantiveram a um nível elevado. Consequentemente, em 1997 e 1998, como reacção a uma maior procura de moeda e a um aumento no multiplicador de moeda, o Banco Central permitiu um aumento da massa monetária (M2) de 24.4 e 17.9 por cento, respectivamente, e do crédito ao sector privado de 31.8 e 16.5 por cento, respectivamente (FMI 1999).

Como resultado da reestruturação do sistema financeiro, a inflação caiu de 57 por cento em 1995 para 16.2 por cento em 1996. A taxa de inflação tem-se mantido a um nível baixo – em 1998 os preços estavam mesmo em queda – o que, para além da política monetária austera, pode ser explicado por factores tais como uma taxa de câmbio que se estabilizou face ao dólar e várias colheitas boas.

Embora a contracção monetária desde 1996 pareça ter sido um determinante mais importante do desenvolvimento de preços do que as mudanças no afluxo de ajuda, é provável que a ajuda tenha indirectamente afectado os preços através da condicionalidade. O alcance dos alvos orçamentais e monetários por parte do Governo tem sido uma condição para a continuação da prestação de apoio não apenas por parte dos doadores multilaterais como também por parte dos doadores bilaterais.

Taxa de câmbio nominal

Antes do programa de reformas o metical estava altamente sobrevalorizado com uma taxa de mercado paralelo 40 vezes superior à taxa oficial (FMI 1998:34). Através de uma série de desvalorizações, conseguiu-se em 1992 uma unificação das taxas de câmbio oficial, de mercado e paralela. O metical continuou a depreciar-se face ao dólar depois de a taxa de câmbio ter passado a ser determinada pelo mercado em 1993 (FMI 1998:34). No entanto, esta depreciação abrandou e desde o terceiro trimestre de 1995 só se têm registado perdas relativamente pequenas face ao dólar. Em 1997 e 1998 o metical depreciou-se em 1.5 por cento e 7.1 por cento, respectivamente, face ao dólar. Entre Janeiro e Abril de 1999 o metical depreciou-se em 1.5 por cento.

Figura 6 Ajuda externa e IPC (1990=100)

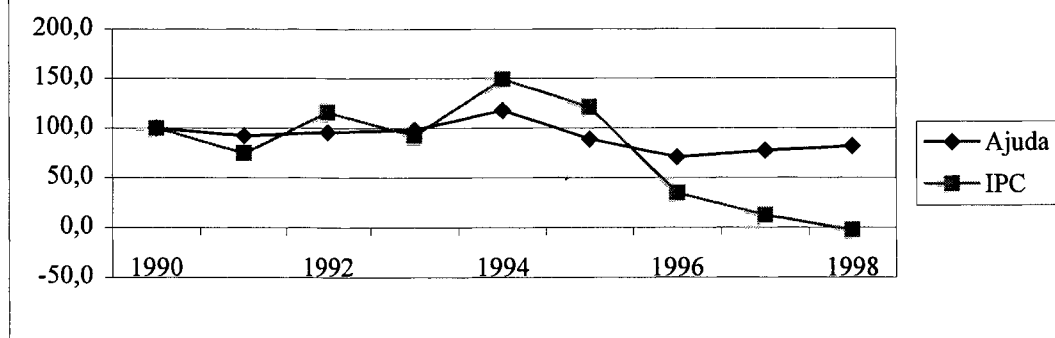
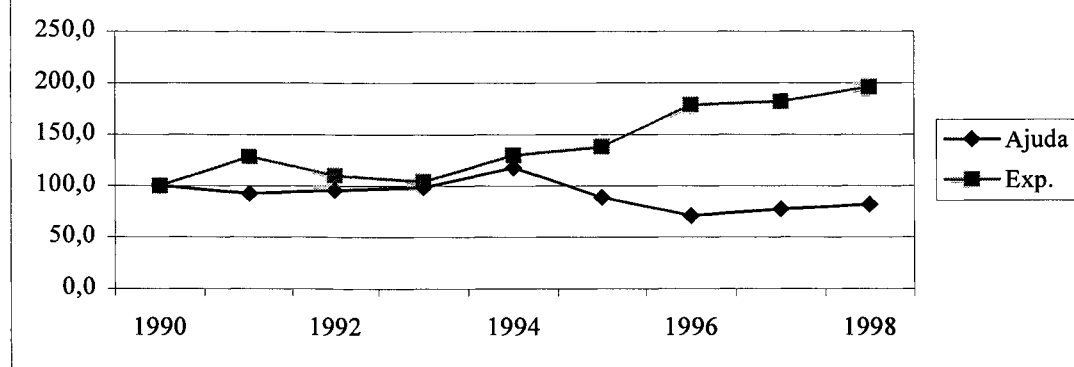


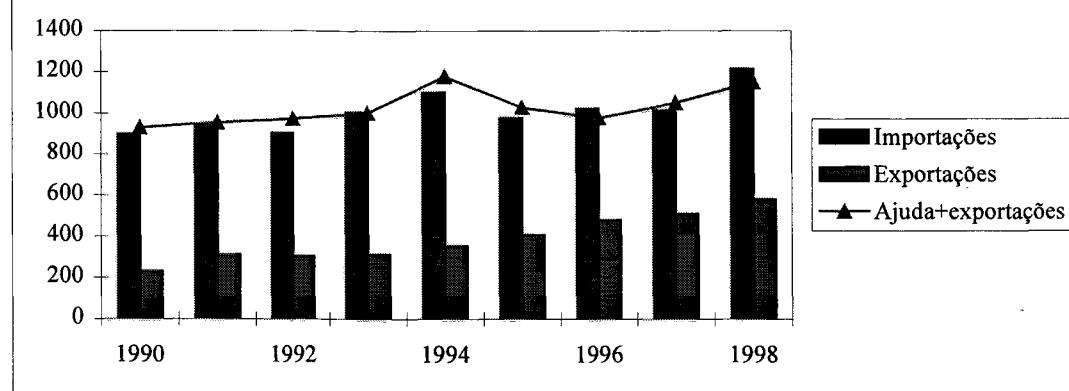
Figura 8 Ajuda externa e exportações (1999=100)



Nota: TCR – taxa de câmbio real, TCN – taxa de câmbio nominal

Um aumento na TCR/TCN é uma apreciação

Figura 9 Exportações, importações e ajuda (US\$ milhões)



Fontes: Banco de Moçambique, PNUD e FMI

A Figura 7 mostra o desenvolvimento da ajuda externa e a taxa de câmbio nominal ponderada comercialmente. Da teoria da Doença Holandesa esperamos que um aumento da ajuda surta um efeito apreciativo na taxa de câmbio nominal, *ceteris paribus*, e vice-versa. Isto implica que se pode esperar que as duas curvas da figura se movam na mesma direcção. Este é o caso entre 1990-91 e 1994-96, quando a ajuda cai e se regista uma depreciação da taxa de câmbio nominal, e 1996-97 quando se verifica um aumento da ajuda juntamente com uma apreciação da taxa de câmbio nominal. No entanto, para os outros anos cobertos pela Figura 7 os dois índices movem-se em direcções opostas. Consequentemente, não é possível detectar a partir da figura um padrão especial para o desenvolvimento da taxa de câmbio nominal e dos preços.

Taxa de câmbio real

A taxa de câmbio real depreciou-se de forma acentuada até 1992, depois disso o ritmo de depreciação abrandou (Figura 7). Durante este período, primeiro as grandes desvalorizações nominais e depois a taxa de câmbio nominal flutuante mais do que neutralizaram o efeito apreciativo da inflação, produzindo um efeito líquido depreciativo na taxa de câmbio real. A queda da inflação em 1996 significou que a necessidade de contrariar depreciações da taxa de câmbio nominal tinha desaparecido. Em 1996 a desvalorização do rand sul-africano conduziu a uma depreciação fraca da taxa de câmbio real. Porém, em 1997 este desenvolvimento já se tinha tornado uma depreciação real ligeira devido à continuação da redução da inflação. A estabilidade da taxa de câmbio durante os últimos anos reflecte o aumento de confiança na economia moçambicana, que se seguiu à reestruturação do sistema financeiro e à contracção monetária.

Que impacto é que a ajuda teve no desenvolvimento da taxa de câmbio real? Tal como com a taxa de câmbio nominal, esperamos uma apreciação da taxa de câmbio real, quando a ajuda aumenta, *ceteris paribus*. Por isso, se a ajuda externa der origem à Doença Holandesa, as duas curvas da Figura 7 irão provavelmente mover-se na mesma direcção. Esta figura mostra que o desenvolvimento da taxa de câmbio real estava correlacionado de forma positiva com o afluxo de ajuda para os anos de 1990-91 e 1994-95 quando a ajuda diminuiu e se registou uma depreciação da taxa de câmbio real, e 1996-97 quando um aumento da ajuda foi acompanhado de uma apreciação da taxa de câmbio real. Os dois índices movem-se em direcções opostas para 1991-94 e 1997-98 quando a ajuda a Moçambique aumentou e a taxa de câmbio real se

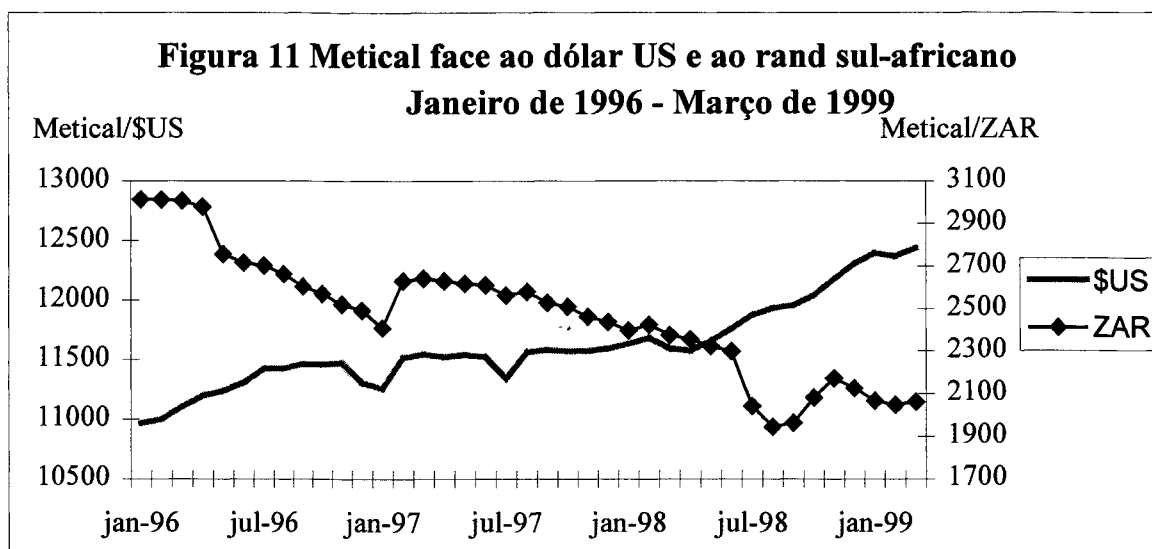
depreciou. O resultado ambíguo desta análise bidimensional significa que não podemos tirar quaisquer conclusões distintas sobre o impacto da ajuda na taxa de câmbio real.

Saldo externo

O défice da conta corrente fornece uma medida da dependência da ajuda e, como parcela das exportações de bens e serviços não factoriais, revela uma tendência para a baixa durante a década de 1990 (Tabela 1). Entre 1994 e 1997 o défice da conta corrente diminuiu em quase 30 por cento. No entanto, um aumento de 30 por cento no défice em 1998 anulou uma grande parte desta melhoria.

O défice da conta corrente moçambicano em 1998 constituiu 139 por cento das exportações de bens e serviços não factoriais que, embora constitua um agravamento em comparação com 1997, ainda é uma melhoria considerável em comparação com 1986 quando o défice da conta corrente foi mais do que três vezes o tamanho das exportações de bens e serviços não factoriais (FMI 1998:8). O défice da conta corrente também é considerável depois de as doações terem sido incluídas (em 1998 o défice da conta corrente após as doações foi de 85 por cento das exportações de bens e serviços não factoriais). As fontes principais de financiamento do défice da conta corrente têm sido pedidos de empréstimo no estrangeiro e alívio da dívida.

O agravamento registado em 1998 na conta corrente reflecte uma balança comercial e uma balança de serviços debilitadas. Remessas mais baixas provenientes dos trabalhadores na África do Sul e um aumento das importações de serviços, em conexão com a construção da fábrica de alumínio Mozal, explicam o agravamento na balança de serviços. As importações foram mais do que três vezes o valor das exportações em 1998. O agravamento registado na balança comercial foi causado por aumentos das importações que foram significativamente superiores aos aumentos das exportações. As exportações não aumentaram tanto quanto se esperava devido a uma interrupção na exportação de electricidade para a África do Sul causada por desacordo acerca de tarifas. O agravamento do ano passado da balança comercial implica que a tendência durante a década de 1990 no sentido de um défice comercial mais pequeno sofreu uma quebra.



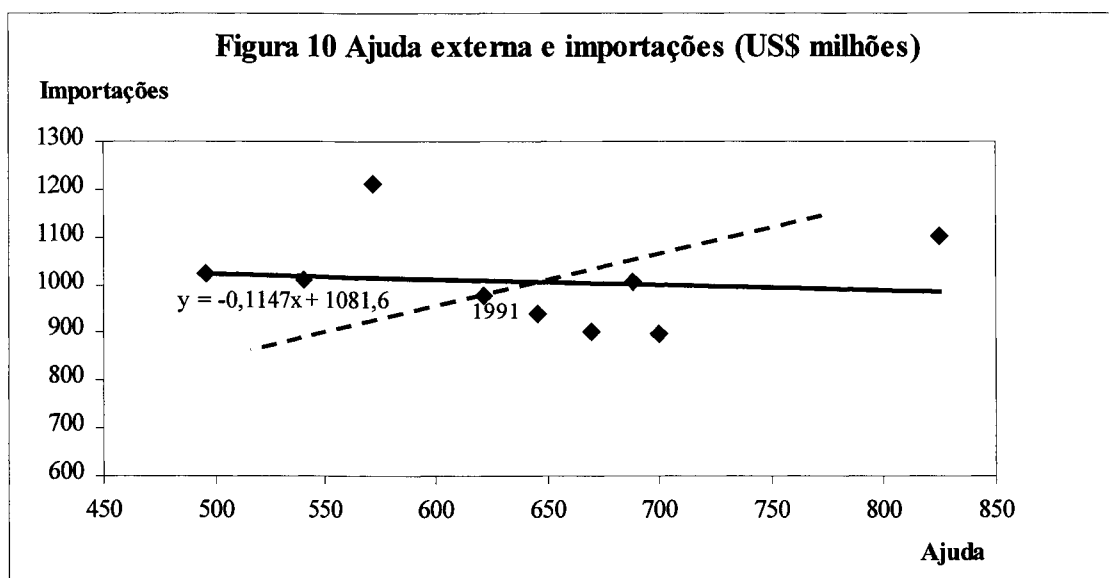
Fontes: Banco de Moçambique, PNUD e FMI

De que forma então é que a ajuda afectou o saldo externo? Vemos na Figura 9 que a ajuda, juntamente com as exportações para a maior parte dos anos, é mais ou menos igual às importações. Isto sugere que a ajuda não deu origem a outras formas de fungibilidade para além da Doença Holandesa, uma vez que as exportações e a ajuda teriam de outro modo sido maiores do que as importações. Então, a ajuda deu origem à forma de fungibilidade da Doença Holandesa?

É de esperar da teoria da Doença Holandesa que a ajuda externa, através dos seus efeitos prejudiciais na competitividade, resulte em exportações decrescentes. Se a hipótese da Doença Holandesa for válida, é de esperar que a ajuda e as exportações na Figura 8 se movam em direcções opostas, i.e. se a ajuda aumentar, as exportações diminuirão, *ceteris paribus*. Este é efectivamente o caso de algumas das observações: a redução da ajuda em 1991, 1996 e 1997 foi acompanhada de um aumento das exportações, ao passo que nos anos de 1992 e 1993 a ajuda aumentou e as exportações diminuíram. Para os anos de 1994, 1997 e 1998 a ajuda e as exportações moveram-se na mesma direcção, o que consequentemente não corresponde ao cenário da Doença Holandesa.

Voltando ao lado das importações é de esperar que as importações aumentem no montante total do fluxo da ajuda, se não houver Doença Holandesa. A Figura 10 mostra um gráfico de dispersão das importações face à ajuda para o período de 1990-98. Se tomarmos 1991 como ponto de partida, a linha pontuada mostra a relação de um para um entre a ajuda e as

importações, que existiria se não houvesse Doença Holandesa. Com um aumento de um para um da ajuda, é de esperar que um aumento da ajuda de, por exemplo, US\$100 milhões se reflecta num aumento das importações de US\$100 milhões, i.e. uma relação positiva. A linha carregada mostra a relação efectiva entre a ajuda e as importações para o período de 1990 a 1998. A inclinação desta linha indica uma relação negativa entre a ajuda e as importações, i.e. níveis mais elevados de ajuda correspondem a níveis mais baixos de importação. Se a Figura 10 for interpretada exclusivamente em termos da Doença Holandesa, sugere que as exportações não só diminuíram como resultado do afluxo de ajuda, mas que também diminuem num montante superior a este afluxo, resultando num efeito líquido negativo na capacidade moçambicana de importar.



Fontes: Banco de Moçambique, PNUD e FMI

Porém, a figura tem de ser interpretada com cautela. Para além do facto de a figura não dizer nada sobre a causalidade entre a ajuda e as importações, não toma em linha de conta outras variáveis que possam ter um impacto no desenvolvimento das importações. Um exame mais minucioso revela que as seis observações situadas mais à direita da figura, i.e. aquelas caracterizadas por importações relativamente baixas e afluxos de ajuda elevados, são do período de 1990-95, ao passo que as três observações à esquerda são do período de 1996-98. Isto indica que o desenvolvimento de factores para além da ajuda, económicos e políticos, foi importante para a determinação do nível das importações durante a década de 1990. O

impacto destes factores nas importações pode contribuir para explicar a relação negativa entre a ajuda e as importações indicada na Figura 10.

Desenvolvimento sectorial

Se a teoria da Doença Holandesa se aplicasse ao caso de Moçambique, era de esperar que a ajuda concedida a Moçambique resultasse em redistribuições desfavoráveis dos recursos para os sectores da economia que não recebem ajuda. Além disso, através dos seus efeitos na taxa de câmbio real, era de esperar efeitos negativos nos sectores expostos à concorrência internacional, tais como, por exemplo, a agricultura. Isto seria o mais grave, visto que a agricultura é uma das áreas em que Moçambique provavelmente tem uma vantagem relativa. A agricultura é também de especial importância, uma vez que emprega 80 a 90 por cento da população trabalhadora (Cravinho 1998:720). De que forma é que este cenário corresponde então ao desenvolvimento sectorial em Moçambique?

Tabela 2 Produção bruta (em percentagem da produção bruta)

	1993	1994	1995	1996	1997
Agricultura e pecuária	26,4	25,0	25,5	27,5	26,3
Indústria e pescas	15,5	15,2	17,2	18,2	17,9
Construção	10,5	11,9	12,2	11,7	11,2
Transportes e comunicações	14,4	13,0	12,5	10,7	11,3
Serviços	33,2	34,9	32,6	31,9	33,2
PIB	100	100	100	100	100

Fontes: Ministério do Plano e Finanças e FMI

A Tabela 2 mostra que apesar de pequenas mudanças em anos individuais, a estrutura do sector se manteve altamente inalterada durante o período. Consequentemente, embora se tenham operado grandes mudanças no fluxo de ajuda durante o período estudado, não é possível discernir nenhum padrão especial no desenvolvimento sectorial que sustente a teoria da Doença Holandesa.

Devido a efeitos do movimento de recursos é provável que a ajuda cause distribuições de recursos não só entre sectores, mas também entre áreas urbanas e rurais. Durante a década de 1990, Maputo reforçou a sua posição como o centro económico e político de Moçambique. Além disso, uma grande fatia das actividades dos organismos e das organizações doadores

encontra-se situada na capital. Desse modo, a ajuda contribui para uma grande concentração de actividades económicas em Maputo. Em termos da Doença Holandesa, a área de Maputo tornou-se um ‘sector de crescimento rápido’ (*booming sector*) que atrai recursos através de preços e salários mais elevados do que noutras partes do país. Como resultado disto, muitas pessoas migram das áreas rurais motivadas pela esperança de encontrar emprego.

Consequentemente, a ajuda corre o risco de aumentar o desequilíbrio económico e político entre Maputo e as áreas rurais.

Ajuda e desempenho macroeconómico – sumário

A apresentação acima dá um resultado misto com respeito ao impacto da ajuda externa no desenvolvimento macroeconómico. Embora não se possa detectar nenhum padrão geral de desenvolvimento económico que sustente a teoria da Doença Holandesa, o desenvolvimento de diversas variáveis macroeconómicas corresponde em certa medida ao que se pode esperar desta teoria. Um exemplo é as mudanças nos preços que até 1996 pareciam reflectir mudanças no afluxo de ajuda. Além disso, para algumas das observações as mudanças nas taxas de câmbio nominal e real estão em conformidade com a teoria da Doença Holandesa.

O efeito da ajuda nas exportações é ambíguo. Durante a primeira metade da década de 1990 o desenvolvimento das exportações estava em conformidade com a teoria da Doença Holandesa, mas durante os últimos anos este padrão tem sido quebrado com o aumento das exportações apesar dos aumentos do afluxo de ajuda. As mudanças no afluxo de ajuda só parcialmente parecem fornecer uma explicação quanto aos aumentos das importações durante os anos de 1990. Outros factores para além da ajuda, tais como o crescimento e o desempenho das exportações, poderiam perfeitamente explicar grande parte do desenvolvimento das importações.

A estrutura do sector parece não ser afectada por mudanças no afluxo de ajuda, contrariamente às afirmações da teoria da Doença Holandesa que haverá uma saída de recursos dos sectores expostos à concorrência internacional e um afluxo aos sectores que produzem para o mercado interno.

Para concluir, a nossa análise não fornece muitas provas que sustentem a hipótese de que a ajuda tenha afectado as variáveis macroeconómicas na forma sugerida pela teoria da Doença

Holandesa. O desenvolvimento económico nem sequer parece ter reflectido as mudanças na ajuda durante os períodos de 1993-94 e 1994-96, quando houve aumentos e reduções consideráveis, respectivamente, no afluxo de ajuda.

No entanto, embora a nossa análise bidimensional não revele nenhuma relação marcante entre a ajuda e as variáveis macroeconómicas, isto não exclui a possibilidade de essa relação de facto existir. Pode apenas ser que outras variáveis tenham mais do que contrabalançado os efeitos da ajuda na taxa de câmbio real. Consequentemente, a ajuda pode ter um impacto, mas outras variáveis têm sido mais importantes na determinação do desenvolvimento das variáveis macroeconómicas.

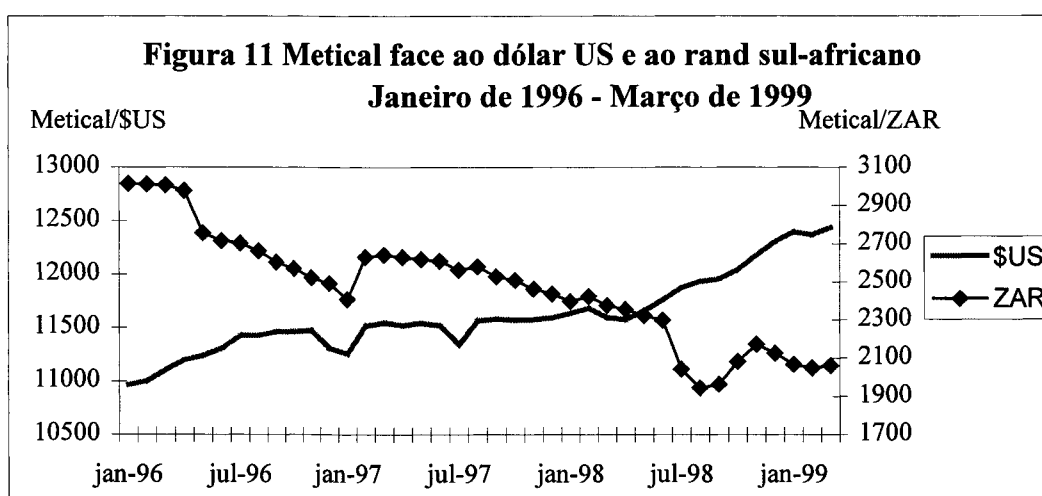
Doença Holandesa em Moçambique?

O capítulo anterior incidiu na possível relação entre o ritmo de mudança do afluxo de ajuda e diversas variáveis macroeconómicas. Embora não se possa demonstrar que as taxas de câmbio e outras variáveis económicas reflectem todas as flutuações no afluxo de ajuda, não restam dúvidas de que o afluxo de ajuda, que é superior ao dobro do tamanho dos rendimentos das exportações de bens, não afecta o desempenho económico. Assim, neste capítulo colocamos a tónica no nível do afluxo de ajuda e no seu impacto esperado na economia.

Ajuda, a taxa de câmbio real e o saldo externo

O grande afluxo de ajuda devia ser uma das explicações mais importantes do desenvolvimento estável da taxa de câmbio durante a década de 1990. Se este afluxo de ajuda cessasse, é provável que se registasse uma depreciação imediata da taxa de câmbio. A ajuda externa contribui para a estabilidade da taxa de câmbio de diversas formas. Primeiro, cria uma procura do metical. Segundo, através de condicionalidade e pela prestação de apoio financeiro, a ajuda possibilita ao Governo e ao Banco de Moçambique manter uma política económica contraccionista. Terceiro, a continuação da prestação de ajuda serve de sinal a investidores estrangeiros que a economia moçambicana se encontra no trilho certo. Consequentemente, podemos inferir que Moçambique hoje tem uma taxa de câmbio real mais apreciada do que teria, se não recebesse ajuda externa.

Qual é então o impacto da taxa de câmbio real nas exportações? A Figura 8 mostra que as exportações têm aumentado desde 1993. Embora se possa argumentar que este crescimento parte de uma base muito baixa devido à guerra, o desenvolvimento indica contudo que o nível da taxa de câmbio real não tem constituído um grande obstáculo aos aumentos das exportações. A análise do capítulo anterior sustenta esta conclusão. As exportações não parecem ter sido sensíveis a mudanças na taxa de câmbio real. Por exemplo, o aumento da ajuda durante 1997 e 1998 andou de mãos dadas com um aumento das exportações, contrariamente ao que é de esperar da teoria da Doença Holandesa.



Nota: uma redução na taxa de câmbio é uma apreciação

Fontes: Banco de Moçambique e Banco Austral

Uma explicação por que os efeitos da ajuda nos preços e nas taxas de câmbio não parecem ter passado para as variáveis reais da economia é que a elasticidade da oferta de mudanças em factores estruturais é maior do que a elasticidade da oferta de mudanças em preços e taxas de câmbio. Isto implicaria que os factores estruturais são mais importantes do que os preços e as taxas de câmbio na determinação da produção (*output*) e do desempenho das exportações em Moçambique. O nível de desenvolvimento do capital humano, das infra-estruturas e das comunicações ainda é muito baixo em Moçambique, o que significa que existem grandes barreiras à produção e ao comércio. Por exemplo, uma abertura das possibilidades para o transporte de bens através de uma melhoria das estradas ou de outras infra-estruturas poderia assim ser mais importante do que as mudanças de preços para um incremento do comércio.

Finalmente, quando se explica o desempenho das exportações, deve-se também tomar em linha de conta que a taxa de câmbio real é ponderada comercialmente, i.e. é construída a partir do desenvolvimento das moedas e dos índices de preços dos parceiros comerciais mais importantes de Moçambique. As moedas com a maior ponderação neste índice são o dólar US e o rand sul-africano. Nos últimos anos estas duas moedas têm-se desenvolvido em direcções opostas: o metical sofreu uma depreciação face ao dólar e uma apreciação face ao rand sul-africano (Figura 11). Consequentemente, a relativa estabilidade do índice da taxa de câmbio real encobre o facto de a competitividade do metical se ter desenvolvido em direcções opostas face às duas moedas mais importantes.¹²

A depreciação do metical face ao dólar US significa que a competitividade moçambicana nos mercados de exportação melhorou, visto que os seus produtos de exportação mais importantes, tais como a castanha de caju, o algodão, o camarão e a exploração florestal (*logging*), são vendidos nos mercados mundiais e cotados em dólares. Consequentemente, é provável que a depreciação do metical face ao dólar possa ter afectado de forma positiva as exportações destes produtos, *ceteris paribus*.

Por outro lado, uma grande parcela das importações provém da África do Sul. Estima-se que 30 por cento do total das importações e até 80 por cento de todos os géneros alimentares que são consumidos na área de Maputo sejam importados da África do Sul. Como resultado da apreciação do metical face ao rand, as importações da África do Sul passaram a ser menos dispendiosas.¹³ Porém, embora as importações moçambicanas tenham aumentado durante 1998, tal como as exportações, parecem ter sido bastante insensíveis ao desenvolvimento da taxa de câmbio durante a década de 1990. Outros factores foram mais importantes para a determinação das importações. Exemplos de factores que tiveram um impacto de redução das importações são uma melhoria da concorrência nas importações, a seguir às privatizações e a uma maior eficiência nas operações alfandegárias (FMI 1998:9). No entanto, embora os controlos na fronteira tenham melhorado, é provável que grande parte das importações efectivas não seja registada nem contabilizada devido a contrabando e isenções.

¹² Para o efeito total na competitividade moçambicana os desenvolvimentos dos preços nos EUA e na África do Sul também têm de ser considerados.

¹³ Este desenvolvimento foi em certa medida contrariado por um nível mais elevado de inflação na África do Sul do que em Moçambique.

Consequentemente, os números oficiais não reflectem na íntegra as importações efectivas.

A alternativa hipotética à ajuda

Embora a Doença Holandesa causada pela ajuda pareça apenas surtir um efeito limitado na economia moçambicana, pode-se sempre afirmar que o desempenho económico teria sido ainda melhor se não houvesse ajuda. Então, como seria essa alternativa hipotética à ajuda e será que implicaria uma melhoria em comparação com a situação actual?¹⁴

Afirmámos que a ajuda externa contribui para manter a taxa de câmbio a um nível mais elevado e mais estável do que seria possível se não houvesse ajuda. Um cenário sem ajuda externa implicaria uma depreciação acentuada da taxa de câmbio e desse modo também um aumento da competitividade, *ceteris paribus*. No entanto, para que o país possa colher os lucros de uma maior competitividade é necessário haver uma reacção de oferta à depreciação da moeda. Contudo, conforme foi argumentado acima, é provável que a elasticidade da oferta seja bastante baixa devido a factores estruturais tais como infra-estruturas e comunicações débeis. Consequentemente, pode-se pôr em dúvida se Moçambique actualmente seria capaz de beneficiar da melhoria na competitividade, especialmente visto que, com uma suspensão da ajuda, não haveria recursos para vencer os obstáculos estruturais da economia.

O potencial para se ver livre de estrangulamentos estruturais na economia diminuiria de forma drástica, visto que uma suspensão da ajuda implica que muitos investimentos em capital humano, infra-estruturas e comunicações cessariam. Por seu lado, grandes aumentos de preços fariam com que os investidores privados perdessem confiança na economia, o que iria atrasar ainda mais melhorias estruturais necessárias.

Também se pode pôr em dúvida se a hipótese *ceteris paribus* é válida, i.e. se se verificaria efectivamente uma depreciação real e uma melhoria da competitividade no caso sem ajuda. A razão é que uma depreciação da taxa de câmbio nominal resultaria em inflação importada. Além disso, sem ajuda o Governo seria forçado a encontrar outros meios para financiar as suas despesas. Com uma matéria colectável pequena e pouco desenvolvida, existe um risco óbvio de o Governo passar a financiar as despesas através da impressão de dinheiro e desse

¹⁴ White (1999) constrói cenários alternativos à situação hipotética de não-ajuda que diferem da forma como Moçambique cumpre os seus compromissos da dívida. Todos os cenários implicam uma queda vertiginosa nas importações e uma acumulação de atrasados.

modo contribuir para alimentar a inflação.

Consequentemente, quando se avaliam os efeitos da ajuda, é importante ponderar efeitos positivos face a efeitos negativos. O baixo rendimento, as infra-estruturas pouco desenvolvidas e o nível deficiente de educação e saúde contribuem para as necessidades enormes de Moçambique e significam que os efeitos positivos da ajuda prevalecem actualmente sobre os efeitos negativos na forma de Doença Holandesa. Além disso, tendo em conta o nível baixo de desenvolvimento de Moçambique, é de esperar que no próximo período quinquenal (e provavelmente durante mais tempo) os efeitos negativos da ajuda sejam subordinados aos seus efeitos positivos.

Diversas formas de ajuda

Demonstrou-se acima que a ajuda a projectos como parcela da ajuda total ao Governo diminuiu em 9 por cento durante o período de 1990-98. Pelo contrário, a ajuda menos condicional a não-projectos aumentou principalmente na forma de apoio ao orçamento. Este desenvolvimento tem sido questionado por alguns doadores devido à preocupação que a ajuda não seja usada em áreas prioritadas pelos doadores. Consequentemente, tem havido sugestões para aumentar a condicionalidade da ajuda mais uma vez. Além disso, existe uma outra vantagem potencial em aumentar o grau de condicionalidade da ajuda. Em conformidade com a nossa análise de diversas formas de ajuda, é possível argumentar que uma ajuda mais condicional aumenta as possibilidades de evitar a fungibilidade e desse modo também a Doença Holandesa.

Apesar destes argumentos a favor de uma ajuda mais condicional, existem argumentos fortes para manter a ajuda a Moçambique não condicional. Conforme se mostrou acima, há efeitos negativos que advêm do facto de se condicionar a ajuda: a propriedade do Governo diminui ao ritmo que a influência dos doadores aumenta, o financiamento interno dos custos correntes implica uma ameaça aos projectos e aos alvos orçamentais da preferência do Governo e os custos de administração aumentam tanto para os doadores como para o receptor com uma ajuda mais condicional.

Quais dos argumentos apresentados a favor e contra uma ajuda mais condicional pesam mais no caso de Moçambique? Começando pela questão da propriedade parece claro que a ajuda

condicional limita seriamente a liberdade do Governo de empreender os seus projectos preferidos, em particular uma vez que o Governo também se encontra sob pressão por parte do FMI e do Banco Mundial para se manter fiel aos alvos orçamentais.

Com o requisito por parte dos doadores de que o receptor tem de cobrir os custos locais dos projectos de ajuda, são fundamentalmente os projectos do próprio Governo que têm de ser sacrificados. White (1999) mostra que o contravalor da ajuda em Moçambique durante a década de 1990 não foi usado nem para aumentar as despesas nem como meio para reduzir a cobrança de receitas, mas sim para cobrir o défice orçamental. Além disso, White argumenta que foi o lado das despesas que acomodou a queda da ajuda durante a segunda metade da década de 1990. Mesmo assim, em 1997 e 1998, as despesas correntes aumentaram a um ritmo mais elevado do que as receitas (FMI 1998). Uma razão por trás do aumento das despesas é o requisito por parte dos doadores de Moçambique dever contribuir para as despesas correntes dos projectos de ajuda.

Podemos assim inferir que condicionar mais a ajuda a Moçambique aumentaria a tensão entre as possibilidades do Governo de seguir a sua política preferida por um lado e a capacidade de responder aos requisitos de doadores bilaterais e multilaterais por outro.

Voltando aos efeitos da Doença Holandesa de diversas formas de ajuda, deve-se primeiro salientar que ao condicionar-se a ajuda é difícil evitar completamente a Doença Holandesa e outras formas de fungibilidade. A Doença Holandesa só pode ser completamente evitada, se a ajuda for totalmente condicionada a produtos que o receptor de outro modo não compraria (pode-se questionar se essa ajuda serve de alguma coisa ao receptor). Consequentemente, embora a ajuda seja condicional, é difícil para os doadores obter controlo total de como o dinheiro é usado devido à fungibilidade.

Além disso, a nossa apresentação da economia moçambicana indica que os efeitos da Doença Holandesa são menores do que os efeitos positivos da ajuda. Já que a Doença Holandesa não constitui um problema imediato para a economia moçambicana, o argumento de que a ajuda condicional levanta as possibilidades de evitar a Doença Holandesa é de menor relevância.

Assistência a programas e a acumulação de reservas

Em Moçambique o apoio à balança de pagamentos tornou possível acumular reservas internacionais que em 1998 se estimou cobrirem 6.7 meses de importações de bens e serviços não factoriais (FMI 1999). O uso do apoio à balança de pagamentos para acumular as reservas internacionais em vez de ser usado para fins de desenvolvimento tem sido questionado e suscitado uma certa preocupação se Moçambique realmente é capaz de usar toda a assistência que recebe. Também resultou em exigências que Moçambique devia primeiro gastar estas reservas antes de receber nova assistência.

Embora o uso da ajuda para acumular as reservas possa ser considerado uma forma de fungibilidade, este procedimento tem certas vantagens. Começando com a questão se se deve permitir ao Governo usar a ajuda para fins de reservas, vale a pena chamar a atenção para o facto de um importante fim da assistência a programas ser ajudar o receptor da ajuda a saldar os seus negócios externos. Para atingir esta meta poderá ser necessário acumular reservas para que o país possa acomodar mudanças no comércio e em fluxos de capitais. Nesta perspectiva, o uso moçambicano de parte do afluxo de ajuda para reservas não pode ser considerado um problema.

Voltando à questão do tamanho optimizado das reservas, tem de se tomar em consideração que é de esperar que as mudanças nos fluxos da balança de pagamento sejam maiores e mais voláteis para países em desenvolvimento do que para países mais desenvolvidos. A razão é o estado pouco desenvolvido dos mercados de capitais e financeiros e a dependência do desenvolvimento de uma mão-cheia de produtos primários para comércio que caracterizam muitos países em desenvolvimento. Moçambique não constitui excepção com uma economia sensível a choques económicos externos e internos. Exemplos de potenciais fontes de choques externos são desenvolvimentos nos mercados financeiros internacionais e o desenvolvimento político e económico na África do Sul. A grande dependência do sector agrícola faz das secas e das cheias possíveis ameaças internas a um desenvolvimento económico estável. Outra potencial fonte interna de desequilíbrios é o desenvolvimento político interno. Para poder amortecer o impacto de possíveis choques, não é despropositado que Moçambique acumule reservas relativamente maiores do que é habitual para países mais desenvolvidos.

Existem também outros aspectos a favor de uma não restrição do uso do apoio à balança de pagamentos para a acumulação de reservas. Uma regra que penalizasse a acumulação de reservas, assente no argumento que essa acumulação indica incapacidade de absorver a ajuda, afectaria o comportamento do receptor. Para evitar uma cessação do afluxo de ajuda, os incentivos do receptor seriam gastar a ajuda o mais depressa possível para demonstrar a capacidade de absorção. Como resultado, corre-se um risco maior de se levar a cabo projectos com um mau calendário e/ou uma produtividade baixa. Daqui se conclui que quando o tamanho das reservas é decidido, é importante não incidir apenas na sua magnitude num ponto específico no tempo. É mais importante que as reservas sejam equilibradas à volta do seu nível optimizado a longo prazo.

De um ponto de vista da Doença Holandesa existem também razões por que se deve permitir ao receptor acumular reservas. A ajuda externa que é usada para fins de reserva não dá origem a uma procura apreciativa da moeda nacional e desse modo nem também à Doença Holandesa. Consequentemente, ao permitir-se a Moçambique colocar a ajuda temporariamente em reservas internacionais, cria-se um instrumento para a gestão da taxa de câmbio que pode contribuir para a minimização dos efeitos da Doença Holandesa.¹⁵

Finalmente, devido ao programa de reformas as possibilidades de aumentar o crédito interno têm sido limitadas durante os últimos anos. Embora se tenha permitido um aumento do crédito ao sector privado, o crédito ao Governo diminuiu conforme indicado pela poupança líquida positiva do Governo (vd. acima). Consequentemente, a acumulação de reservas internacionais é uma forma de o Banco de Moçambique acomodar a procura de moeda.

Fungibilidade do alívio da dívida?

A carga da dívida de Moçambique é considerável, especialmente se se considerar o PIB baixo do país. As reformas económicas e os progressos tornaram Moçambique elegível para a iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME/HIPC) do FMI e do Banco Mundial. Em Junho de 1999 anunciou-se que o país iria receber alívio da dívida da ordem de US\$3.7 biliões (correspondente a US\$1.7 biliões em termos de valor actualizado líquido) ao abrigo desta iniciativa. O alívio da dívida PPME, que se encontra no topo do alívio da dívida tradicional, irá conforme o Banco Mundial reduzir a dívida externa de US\$2.7 biliões para

US\$1 bilião.

A iniciativa PPME implica uma descida no serviço da dívida. Para o período de 1999-2005 estima-se que Moçambique irá pagar uma média anual de US\$73 milhões em serviço da dívida, que pode ser comparada aos US\$169 milhões que teriam de ser pagos sem a iniciativa PPME. Conforme o Banco Mundial o serviço da dívida como parcela das exportações diminuirá de 19 por cento em 1998 para 8 por cento em 2001. O serviço da dívida como parcela das receitas públicas diminuirá de 23 para 10 por cento durante o mesmo período.

A iniciativa PPME levanta a questão se as grandes reduções da dívida correm o risco de causar fungibilidade. Embora o alívio da dívida não se destine às importações, pode afectar indirectamente esta variável através dos seus efeitos em outros itens da balança de pagamentos. Vimos acima que se poderia esperar fungibilidade, se a dívida fosse paga de qualquer modo e/ou se se esperasse que o alívio da dívida gerasse fluxos de capitais privados.

A magnitude da dívida moçambicana em combinação com o baixo nível de produção da economia faz com que seja altamente improvável que o país tivesse podido pagar a sua dívida total, ou mesmo uma grande parte da dívida, caso não houvesse prestação de alívio da dívida. Por isso, é muito provável que os recursos postos de lado para serviços da dívida e que podem ser usados para outros fins sejam limitados. Consequentemente, não esperamos que haja fungibilidade devido ao facto de o alívio da dívida libertar recursos.

Então, pode-se esperar que o alívio da dívida gere influxos de capitais privados? O grande alívio da dívida implícito pela iniciativa PPME surtirá muito provavelmente um efeito positivo em fluxos de capitais privados, visto que melhora de forma significativa a situação global da dívida de Moçambique. Deve chamar-se a atenção para o facto de a fungibilidade implícita por estes afluxos ser altamente desejável para um país como Moçambique com grande necessidade de investimentos estrangeiros. Os possíveis efeitos apreciativos destes afluxos na taxa de câmbio serão provavelmente mais do que contrariados pelos efeitos de aumento de produtividade dos investimentos, em especial visto que a maior parte deles são provavelmente orientados para o sector de exportação (vd. também o capítulo sobre os mega

¹⁵ Países com grandes rendimentos de indústrias extractivas de recursos usam frequentemente o método de compra de activos expressos em moeda estrangeira para evitar uma apreciação da taxa de câmbio real.

projectos).

Ajuda que aumenta a produtividade

Para que áreas é que a ajuda devia ser orientada no sentido de minimizar os efeitos da Doença Holandesa? Visto que a Doença Holandesa é um resultado de aumentos de preços, as formas de ajuda que contribuem para uma pressão descendente da inflação são preferíveis. Exemplos dessas formas de ajuda são a ajuda que aumenta a produtividade e a ajuda que contribui para a eliminação de estrangulamentos. Em Moçambique existem em particular três áreas onde se pode esperar que a ajuda surta este efeito: capital humano, novas tecnologias e infra-estruturas.

Capital humano

Para além dos aspectos humanos, os investimentos na educação e na saúde são importantes para o desenvolvimento económico. A investigação demonstrou a importância do capital humano para se atingir um crescimento sustentável. Porém, visto que a educação é um bem público, o mercado tende a fazer um fornecimento insuficiente desse bem. Por isso, um dos objectivos mais importantes do Governo é fornecer condições adequadas à geração de capital humano, ou seja, criar e fornecer escolas e outras instituições educacionais.

Moçambique figura entre os dez países mais baixos no índice de desenvolvimento humano (IDH) do PNUD. O estado dos sistemas de educação e saúde reflecte o facto de Moçambique ser uma das nações mais pobres do mundo com uma esperança de vida à nascença de 46 anos (PNUD 1998). Em 1990-96 apenas 37 por cento da população total tinham acesso a água limpa e 46 por cento a condições sanitárias. As taxas de analfabetismo para homens e mulheres eram de 42 por cento e 77 por cento respectivamente em 1995 (PNUD 1998). Existe uma falta de estabelecimentos escolares, professores e material didáctico, que sugere que muitas crianças não recebem a educação a que têm direito. Em 1995 os rácios da taxa bruta de escolaridade combinada dos ensinos primário, secundário e superior para raparigas e rapazes eram de 20.5 por cento e 29 por cento respectivamente. Os números correspondentes para 'todos os países em desenvolvimento' e 'países menos desenvolvidos' foram de 53 e 31 por cento respectivamente para raparigas e 59 e 40 por cento para rapazes (PNUD 1998). Do mesmo modo, a oferta de médicos, enfermeiros e centros e equipamento médicos está longe

de ser adequada.

As despesas absolutas na educação e na saúde aumentaram consideravelmente durante o período de 1987-97, o que reflecte o empenhamento tanto por parte do Governo como da comunidade doadora no sentido de melhorar a situação socio-económica. No seu Programa Económico e Social (PES) o Governo anunciou que as despesas no sector social, incluindo a educação e a saúde, vão aumentar. O Governo também declarou que o alívio da dívida da iniciativa PPME vai ser usado para serviços sociais básicos.

Embora se invista em capital humano em Moçambique, este investimento é insuficiente para as necessidades imensas do país. Seria desejável aumentar as despesas neste sector para gerar o capital humano necessário ao futuro crescimento do país.

Novas tecnologias

Novas tecnologias fazem com que seja possível aumentar a produtividade e podem-se conseguir através de investigação e desenvolvimento. Porém, os custos de investimento na investigação e no desenvolvimento são elevados e os investimentos levam bastante tempo a concretizar. Mais do que investimentos caros na investigação e no desenvolvimento, um método melhor para os países em desenvolvimento é a obtenção de novas tecnologias através da transferência de tecnologia por parte dos países desenvolvidos. As fontes através das quais os países em desenvolvimento podem obter tecnologia são essencialmente ajuda externa na forma de assistência técnica e investimentos directos. Visto que a maior parte da produção moçambicana agrícola e não-agrícola é de baixa tecnologia, existe um potencial óbvio para a transferência de tecnologia. Estima-se que 95 por cento dos pobres das áreas rurais e 75 por cento dos pobres das zonas urbanas estejam empregados na agricultura de baixa produtividade. A conjugação de equipamento obsoleto, do uso de grãos de fraca qualidade e da falta de fertilizantes e de irrigação artificial explica a baixa produtividade na agricultura. As colheitas da maior parte dos produtos agrícolas são muito mais baixas em Moçambique do que noutros países sub-sarianos (Ministério do Plano e Finanças 1999).¹⁶

¹⁶ Estima-se que as colheitas moçambicanas de milho, arroz, mandioca e feijão sejam de 40 por cento, 25 por cento, 20 por cento e 25 por cento respectivamente das médias sub-sarianas (Ministério do Plano e Finanças 1999).

Infra-estruturas e comunicações

O mau estado das infra-estruturas e das comunicações constitui uma fonte principal de estrangulamentos na economia moçambicana contribuindo para custos de transporte elevados e desse modo também para uma pressão ascendente nos preços. Por exemplo, a restrição nos transportes pelo sistema de estradas mau e insuficiente resulta numa oferta insuficiente e em preços elevados de bens em áreas fora das grandes cidades. Consequentemente, a ajuda canalizada para as estradas deveria exercer uma pressão descendente nos preços.

Porém, não são apenas as estradas que necessitam de ser melhoradas. Também se pode esperar que uma melhoria das instalações de purificação da água e do sistema de canalização de água, para além das suas consequências sociais positivas, também surta um efeito positivo na produtividade e nos preços. Outro exemplo é os efeitos positivos da electrificação de Moçambique. Fornecer energia a áreas remotas do país melhora as condições de vida e de produção de forma significativa. O abastecimento de energia torna mais atractivo situar a produção nestas regiões, o que significa que os produtos que anteriormente tinham de ser transportados a custos elevados podem agora ser produzidos a nível local.

Um projecto, que irá provavelmente surtir efeitos positivos no desenvolvimento económico regional, é a electrificação rural em curso nas províncias de Quelimane e Tete na Região do Centro. O objectivo do projecto é melhorar as condições das infra-estruturas locais e de novas indústrias através do fornecimento de electricidade a cerca de 1,300 novos agregados familiares, 35 empresas industriais e a uma série de consumidores comerciais nas áreas de Morrumbala, Mopeia e Mutarara (EDM 1999).

Outros afluxos de capitais – investimentos em mega projectos

Nos capítulos sobre alívios da dívida e novas tecnologias tecemos comentários sobre o desejo de investimentos privados em Moçambique. Até agora a ajuda externa tem constituído a fonte principal de afluxos de capitais, porém o investimento estrangeiro em Moçambique está a aumentar. Em especial, há grandes expectativas ligadas aos chamados mega projectos. Até agora, só a fábrica de alumínio, Mozal, de US\$1.2 biliões, é que arrancou. Outros projectos ainda na forja incluem o aço de Maputo e o gás de Pande, a redução de minério de ferro da África do Sul, um novo investimento em Cahora Bassa e a reabilitação da mina de carvão de

Moatize.

Mais uma vez, é de salientar que Moçambique tem grande necessidade de investimentos, dos quais os mega projectos prometem ser uma fonte importante. Neste capítulo, porém, vamos tecer comentários sobre um potencial problema com estes projectos. Os grandes investimentos que os mega projectos implicam darão origem a grandes afluxos de capitais, que em combinação com a pequena economia moçambicana surtirão provavelmente um efeito apreciativo na taxa de câmbio real. Esta perda na competitividade corre o risco de causar efeitos do tipo da Doença Holandesa.

Até que ponto se corre então o risco de os mega projectos causarem a Doença Holandesa? Os projectos ainda estão na sua infância e ainda é demasiado cedo para avaliar as suas consequências. Porém, é duvidoso se o afluxo líquido de capitais dos mega projectos será muito grande. Durante a fase de construção os mega projectos dão origem a um afluxo líquido de capitais para financiar os investimentos. No entanto, conforme o banco central, até agora o efeito líquido na balança de pagamentos para o projecto Mozal é zero, apesar da promessa de afluxos positivos de capitais. Durante a fase de produção não é certo se haverá algum afluxo líquido positivo de capitais. A razão é que a maior parte dos produtos intermédios tem de ser importada, o que irá criar saídas de capitais que contrariarão esses afluxos. Se os fluxos de capitais que entram e saem se equilibrarem mais ou menos uns aos outros, o efeito na taxa de câmbio real só será marginal.

Mesmo se se revelar que os fluxos de capitais ligados aos mega projectos apreciam a taxa de câmbio real, é importante ponderar os efeitos positivos face aos negativos. Enquanto os mega projectos estiverem integrados na economia circunjacente e causarem os efeitos indirectos esperados, os efeitos que aumentam a produtividade dos projectos surtem provavelmente um efeito positivo na competitividade, que é maior do que os efeitos dos fluxos de capitais. É só se os mega projectos não forem integrados com êxito no resto da economia, i.e. se se tornarem enclaves industriais isolados de alta tecnologia, que existe o risco de o resto da economia ser afectada de forma negativa pela perda de competitividade.

Observações finais

Este estudo tratou da questão se a ajuda externa a Moçambique originou a Doença Holandesa. Também analisámos a forma como diversas formas de ajuda diferem na sua propensão para causar a Doença Holandesa.

A nossa análise empírica dá um resultado misto em relação aos efeitos da Doença Holandesa da ajuda externa. Embora não se possa detectar nenhum padrão geral de desenvolvimento económico que sustente a teoria da Doença Holandesa, o desenvolvimento de diversas variáveis macroeconómicas corresponde em certa medida ao que se pode esperar da teoria da Doença Holandesa. Consequentemente, os nossos resultados prestam algum apoio à hipótese de a ajuda externa ter afectado preços, taxas de câmbio e em certa medida o sector externo em conformidade com a teoria da Doença Holandesa. Mesmo assim, a nossa análise não proporciona muitas provas de que mudanças no afluxo de ajuda se reflectem em mudanças nas variáveis macroeconómicas na forma sugerida pela teoria da Doença Holandesa.

Contudo, embora as taxas de câmbio não reflectam todas as flutuações no afluxo de ajuda, não restam dúvidas de que o afluxo de ajuda, que é superior ao dobro do tamanho dos rendimentos das exportações de bens, resultou no facto de Moçambique hoje ter uma taxa de câmbio real mais apreciada do que teria sem a ajuda externa. A ajuda externa também contribuiu para a estabilidade da taxa de câmbio real. Primeiro, cria uma procura do metical. Segundo, através da condicionalidade e pela prestação de apoio financeiro, a ajuda permite ao Governo e ao Banco de Moçambique manter uma política económica contraccionista. Terceiro, a continuação da prestação da ajuda serve de sinal a investidores privados que a economia moçambicana se encontra no trilho certo.

Quanto ao desenvolvimento sectorial relativo, a nossa análise não revela qualquer impacto da ajuda conforme vaticinado pela teoria da Doença Holandesa. No entanto, pode-se suspeitar que a ajuda fortaleça a posição de Maputo como o centro económico e político de Moçambique. Isto constitui motivo de preocupação, visto que contribui para o fosso de desenvolvimento existente entre Maputo e as áreas rurais.

O impacto da ajuda em preços e taxas de câmbio parece ter passado apenas de forma limitada para as variáveis reais da economia. Uma razão provável é que a elasticidade da oferta de

mudanças em factores estruturais é maior do que a elasticidade da oferta de mudanças em preços e taxas de câmbio na determinação da produção (*output*) e do desempenho das exportações. Consequentemente, os níveis baixos de desenvolvimento de capital humano, infra-estruturas e comunicações constituem obstáculos mais importantes ao crescimento do que os efeitos da Doença Holandesa. Na medida em que a ajuda externa contribui para a eliminação de muitos estrangulamentos estruturais na economia moçambicana, os efeitos positivos da ajuda no crescimento prevalecem provavelmente sobre os seus efeitos negativos. Além disso, ao contribuir para a eliminação de estrangulamentos a ajuda também contribui para uma pressão descendente sobre os preços, o que contraria os efeitos inflacionistas da Doença Holandesa. A impressão que os efeitos da Doença Holandesa afectaram a economia moçambicana só até certo ponto, é reforçada pela taxa de crescimento elevada, pelo nível baixo de inflação e pelos défices decrescentes da conta corrente e orçamental.

Além disso, é duvidoso se uma situação sem ajuda realmente significaria um aumento da competitividade. Embora a pressão apreciativa na taxa de câmbio diminuísse, este ganho na competitividade seria provavelmente anulado por uma maior inflação importada. Além disso, sem ajuda o risco óbvio é que o Governo financiaria as suas despesas através de meios inflacionistas. O aumento esperado da inflação em combinação com o desaparecimento dos doadores como ‘prestamistas de última instância’ afectaria os investimentos privados de forma negativa.

Os efeitos limitados da Doença Holandesa da ajuda a Moçambique significam que não há motivo para aumentar a condicionalidade da ajuda. Os pequenos efeitos da Doença Holandesa que uma ajuda mais condicional implica não compensariam os efeitos negativos na forma de perda de propriedade e pressão no orçamento do Estado. Além disso, revelou-se ser difícil evitar a Doença Holandesa condicionando a ajuda. Uma melhor forma de os doadores assegurarem a sua influência no uso da ajuda é acrescentar condicionalidade. A condicionalidade revelou ser bem sucedida quando se trata de metas macroeconómicas. Não há razão para crer que um maior uso de alvos para metas socio-económicas seria igualmente eficaz. Ao estabelecer estes alvos é importante considerar a exigência de percepção por parte dos doadores face ao requisito de propriedade por parte do receptor. Em princípio é desejável manter os alvos a um nível geral, visto que existe o risco de estes interferirem uns com os outros, se forem demasiado pormenorizados. Além disso, condições demasiado

pormenorizadas interfeririam com a propriedade por parte do Governo.

Para concluir, os efeitos positivos da ajuda a Moçambique são maiores do que os seus efeitos negativos na forma de Doença Holandesa e continuarão provavelmente a sê-lo durante muitos anos. Além disso, visto que os efeitos da Doença Holandesa parecem ser subordinados, também inferimos que a ajuda na forma de assistência a programas, tais como o apoio à balança de pagamentos e ao orçamento, é preferível a uma ajuda mais condicional, uma vez que implica um grau mais elevado de propriedade por parte do Governo.

Finalmente, embora num futuro próximo os efeitos da Doença Holandesa da ajuda venham provavelmente a ser limitados em Moçambique, não há garantias de que continuem a sê-lo. É de esperar que os efeitos da ajuda nos preços e na taxa de câmbio venham a ser mais importantes para o desempenho económico ao ritmo da eliminação de estrangulamentos estruturais. Para evitar efeitos não desejados na competitividade, é importante criar e desenvolver instrumentos para a gestão da taxa de câmbio. Um método para prevenir os efeitos da Doença Holandesa é permitir que Moçambique coloque temporariamente a ajuda em reservas internacionais. O uso da ajuda para reservas internacionais também permite ao país acomodar mudanças no comércio e em fluxos de capitais e amortecer os impactos de choques económicos. Se o afluxo de ajuda continuar a ser grande, haverá também motivo para empreender um novo estudo dos efeitos da Doença Holandesa dentro de alguns anos.

Referências

- Bank of Mozambique (various issues) *Annual Report* Maputo
- Bank of Mozambique (various issues) *Statistical Bulletin* Maputo
- Bank of Mozambique (various issues) *Recent Macroeconomic Development* Maputo
- Bank of Mozambique (various issues) *Financial Indicators* Maputo
- Bevan, D., Collier, P., and Gunning, J. W. (1992) 'Anatomy of a Temporary Trade Shock: The Kenyan Coffee Boom of 1976-9' *Journal of African Economies* 1 (2): 271-305
- Cassen, R. and Associates (1994) *Does Aid Work*, Oxford: Clarendon Press
- Chenery, H. B. and Strout, W. (1966) 'Foreign Assistance and Economic Development', *American Economic Review* 66: 679-733
- Claassen, E.-M. (1992) 'Financial Liberalization and Its Impact on Domestic Stabilization Policies: Singapore and Malaysia', *Weltwirtschaftliches Archiv* 128: 137-167
- Corden, W. M. and Neary, J. P. (1982) 'Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy', *Economic Journal* 92: 825-848
- Cravinho, J. G. (1999) "Mozambique - Economy" in *Africa South of the Sahara 1998*, Europa Publications Limited
- Disch A., Engström L., Kappel R., and Laursen J. (1998) *Aide-Memoire, Joint Review of Balance-of-Payments Support*, Copenhagen
- Domar, E. (1946) Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment, *Econometrica*, Vol.14: 137-147
- Edwards, S. (1989) *Real Exchange Rates, Devaluation, and Adjustment*, Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press
- Electricidade de Moçambique (1999) Project document – Rural electrification – Morrumbala, Pinda, Chipanga, Mutarara and Mopeia – Zambézia Province, Maputo
- Falk H. (1997) *Aid and Economic Performance - The Case of Tanzania*, Lund: Lund Economic Studies
- Financial Times (1997) *Survey Mozambique*, June 25 1997
- International Monetary Fund (1999) *Republic of Mozambique –Midterm Review Under the third Annual Arrangement Under the Enhanced Structural Adjustment Facility and Request for Waiver of Performance criterion*, Washington
- International Monetary Fund (1998) *Republic of Mozambique – Enhanced Structural Adjustment Facility Policy Framework Paper for 1998-2000*, Washington
- International Monetary Fund (1998) *Republic of Mozambique - Selected Issues*, Washington
- Instituto Nacional de Estatística (various issues) *Statistical Yearbook* Maputo
- Kayizzi-Mugerwa, S. (1988) *External Shocks and Adjustment in Zambia*, Ekonomiska studier 26, Göteborg: Nationalekonomiska Institutionen, Handelshögskolan, Göteborgs Universitet
- Ministry of Planning and Finance, Eduardo Mondlane University and International Food Policy Research Institute (1999) *Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment 1996-97*, Maputo
- OECD (DAC) (various issues) *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries*, Paris
- Republic of Mozambique (1998) *A View Into the Future* Maputo
- Republic of Mozambique (1997) *The Challenges Ahead* Maputo
- Sida (1999) *Semi-Annual Report - Mozambique April - September 1999*, Embassy of Sweden, Maputo

- Sida (1999) *Half-Yearly Report Mozambique October 1998 - March 1999*, Embassy of Sweden, Maputo
- Sida (1998) *Half-Yearly Report Mozambique April 1998 – September 1998*, Embassy of Sweden, Maputo
- Steigum Jr., E. (1992) 'Wealth, Structural Adjustment and Optimal Recovery from the Dutch Disease', *Journal of International Trade & Economic Development* 1: 27-40
- Svedberg, P., Olofsgård, A., and Ekman, B. (1994) *Evaluation of Swedish Development Co-Operation with Guinea-Bissau*, Ds 1994: 77, Report 3, Stockholm: SASDA, Ministry for Foreign Affairs
- Stiglitz J. (1998) *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*, The 1998 WIDER Annual Lecture, Helsinki
- Swedish Development Advisers (1998) *A Stock Market for Mozambique - Where is it heading and what can Sida do to help?* Gothenburg
- UNDP (1998) *Human Development Report 1998* Oxford: Oxford University Press
- UTRE (1998) *Privatisation in Mozambique - 1998 - Consolidating the Gains* N° 05/March, Maputo
- de Vylder, S. (1992) 'Den "holländska sjukan" och bistånd', *Ekonomisk Debatt* 6: 450-470
- Webster, A. (1993) 'Comparative Advantage and Long-Run Dutch Disease Effects: the International Trade of Trinidad and Tobago', *Development Policy Review* 11: 153-165
- Weisman, E. (1990) *Aid as a booming sector - Evidence from a computable general equilibrium model of Papua New Guinea Islands* Australia Working Paper No. 90/13 National Centre for Development Studies
- White (1994) 'The macroeconomics of aid: a literature review' in *The Macroeconomics of aid: Case studies of four countries* Ds 1994:115, Report 7, Stockholm: SASDA, Ministry for Foreign Affairs
- White, H. and Wignaraja, G. (1992) 'Exchange Rates, Trade Liberalization and Aid: The Sri Lankan Experience', *World Development*, 20 (10): 1471-1480
- World Bank (1999) *World Development Report 1998/99 – Knowledge for Development*, New York: Oxford University Press
- World Bank (1998) *Assessing Aid – What Works, What Doesn't, and Why* Oxford University Press: New York
- Younger St. D. (1992) 'Aid and the Dutch Disease: Macroeconomic Management When Everybody Loves You', *World Development* 20 (11): 1587-1597, Pergamon Press Ltd.

Apêndice 1

Tabela A.1 Finanças do Governo, 1993-97 (em bilhões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total das receitas	1093	1526	2413	3479	4623	5311
Receitas tributárias	995	1397	2202	3193	4235	4946
Impostos sobre rendimentos e lucros	157	273	400	633	879	951
Impostos sobre bens e serviços	535	739	1153	1727	2389	2366
Impostos sobre comércio internac.	279	343	579	693	812	951
Outros impostos	25	42	70	140	155	178
Receitas não tributárias	98	129	211	286	388	365
Total das despesas e emprést. líq.	2305	407	5157	6773	9498	10207
Despesas correntes	116	1978	2188	3077	4272	5268
Saldo corrente	-74	-452	225	402	351	43
Despesas de capital	1097	2119	2863	3669	4816	4641
Empréstimos líquidos	40	0	106	27	410	298
Saldo global antes das doações	-1212	-2571	-2744	-3294	-4736	-4923
Saldo global depois das doações	-280	-714	-654	-1003	-1031	-1105
Pedidos de emprést. externos (líq.)	204	788	816	1377	2329	2172
Financiamento interno	76	-74	-162	-374	-1298	-1067

Fonte: FMI 1998, 1999

Tabela A.2 Produção bruta 1993-97 (em bilhões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997
Agricultura e pecuária	2125	3127	5018	8043	8918
Indústria e pescas	1250	1903	3395	5335	6048
Construção	849	1484	2405	3437	3807
Transportes e comunicações	1157	1621	2454	3133	3837
Serviços	2671	4370	6411	9330	11237
Comércio por grosso e a retalho	583	948	1486	2081	2324
Restaurantes e hotéis	244	391	563	1012	1109
Serviços de produção	743	1345	2191	3219	3733
Serviços públicos	915	1340	1657	2318	3281
Serviços internos	186	346	514	702	791
Produção bruta	8051	12505	19685	29279	33847

Fonte: FMI 1998

Tabela A.3 Balança de pagamentos, 1993-97 (em milhões de USD, salvo especificação em contrário)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998 ^a
Balança comercial	-697,9	-717	-552,7	-556,5	-530	-620,1
Exportações (f.o.b.)	131,8	164	174,3	226,1	230	248,2
Importações (c.i.f.)	-829,7	-881	-727	-782,6	-760	-868,3
Serviços (líquidos)	-126,6	-147,3	-124,1	-85,3	-80,3	-185,9
Conta corrente (exclusive doações)	-824,5	-864,3	-676,8	-641,7	-610,3	-806,0
Transferências oficiais unilaterais	503,3	564,6	339,2	282,9	312,9	313,2
Conta corrente (incluindo doações)	-321,2	-299,7	-337,6	-358,8	-297,4	-492,8
Conta de capital	-107	-9,7	63,8	238,6	182,5	256,0
Capital de curto prazo e erros e omissões (líq.)	-8	11,3	23,2	57,7	23,9	22,7
Saldo global	-436,2	-298	-250,6	-62,5	-90,9	-214,1
Financiamento	436,2	298	250,6	62,5	90,9	214,1
Activos externos líquidos	46	-52,4	-59,6	-159,3	-148,1	-77,2
Mudança líquida nos atrasados (aumento +)	177,8	147,3	189,4	-64,5	-3935,2	24,2
Gap de financiamento	212,2	203,2	120,9	286,3	4174,3	267,1
Alívio da dívida	212,2	203,2	120,9	286,3	4174,3	267,1

Nota: a) estimativas

Fonte: FMI 1998, 1999

Tabela A.4 Inquérito Monetário, stocks, 1993-97 (em biliões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997
Activos externos líquidos	709	1147	2486	4501	6269
Activos internos líquidos	1310	2033	2434	1458	1200
Crédito ao Governo, líquido	39	-87	-320	-748	-1347
Crédito à economia	1095	1711	2536	3565	5209
Moeda e quase moeda (M2)	2019	3181	4920	5958	7469
Moeda	1796	2895	4493	5237	6208

Fonte: FMI 1998

Tabela A.5 Inquérito Monetário, fluxos, 1993-97 (em biliões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997
Activos externos líquidos	-75	289	485	2102	1701
Activos internos líquidos	786	728	731	-1105	-187
Crédito ao Governo, líquido	79	-74	-137	-433	-605
Crédito à economia	197	616	825	1103	1697
Fluxo de M2 ajustado	711	1017	1217	997	1515
Mudança no stock de M2	889	1162	1739	1038	1511

Fonte: FMI 1998

Tabela A.6 APD bilateral: compromissos por objectivo (por cento)

	1993	1994	1995	1996	1997
Infra-estruturas e serviços sociais	20,6	42,3	18,3	30,2	26,5
Infra-estruturas e serviços económicos	11,1	9,3	12,7	6,0	13,4
Sectores de produção	16,0	13,4	10,4	21,7	4,3
Multisectorial	12,7	5,8	9,0	8,8	9,3
Assistência a programas	21,9	8,8	20,7	21,0	11,1
Acção relacionada com a dívida	6,0	14,4	18,6	8,5	32,3
Assistência de emergência	11,4	5,7	9,9	1,9	2,0
Não afectada/não especificada	0,4	0,2	0,4	2,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: OCDE 1998

Apêndice 2

A taxa de câmbio real

A taxa de câmbio real (TCR) é uma variável essencial à teoria da Doença Holandesa. É através desta variável que a ajuda externa afecta a competitividade internacional e os sectores do país receptor. Neste apêndice iremos discutir os determinantes subjacentes da taxa de câmbio real.

A taxa de câmbio real (TCR) determina a competitividade do país face aos seus parceiros comerciais. A taxa de câmbio real pode ser definida de diversas formas (vd. por exemplo Flessig e Grennes 1994). Uma das definições mais frequentemente usadas da taxa de câmbio real (TCR) é a definição da paridade dos poderes de compra. A versão absoluta da paridade dos poderes de compra prevê que a taxa de câmbio real seja igual ao rácio dos preços estrangeiros, expresso na moeda local do país sobre os preços do próprio país.

$$TCR = TCN * P_E / P_P$$

em que TCR é a taxa de câmbio real, TCN é a taxa de câmbio nominal, P_P e P_E são índices de preços no próprio país e no país estrangeiro, respectivamente.

Conclui-se da definição que mudanças na taxa de câmbio real são funções de mudanças subjacentes quer na taxa de câmbio nominal quer nos preços de bens e serviços (nacionais e estrangeiros). Uma análise dos efeitos da ajuda externa na taxa de câmbio real e desse modo também na competitividade do país receptor da ajuda requer por conseguinte o estudo do impacto da ajuda nestas variáveis.

A taxa de câmbio nominal mostra a quantidade da moeda local que é necessária para comprar divisas. Diz-se que há uma apreciação da taxa de câmbio nominal se este montante diminuir e uma depreciação se o montante aumentar. Um país, em que se registe uma apreciação da taxa de câmbio nominal, incorre numa perda de competitividade, *ceteris paribus*, uma vez que os estrangeiros que desejarem comprar os seus produtos têm de pagar mais na sua própria moeda

do que antes da apreciação. Consequentemente, os produtos do país com uma moeda que sofra uma apreciação, passam a ser mais caros para os estrangeiros.¹⁷ Seguindo a mesma linha de raciocínio, uma depreciação da taxa de câmbio nominal resulta num ganho de competitividade.

A competitividade de um país também depende do ritmo relativo de mudanças de preços internos e externos. Se os preços internos aumentarem a um ritmo mais elevado do que os preços externos, a competitividade diminui visto que os produtos nacionais passarão a ser relativamente mais caros que os produtos estrangeiros. Por outro lado, se os preços internos aumentarem a um ritmo mais baixo que os preços externos, verificar-se-á uma melhoria da competitividade.

De que modo então é que a taxa de câmbio real é afectada por mudanças na taxa de câmbio nominal e nos preços? A taxa de câmbio nominal e a taxa de câmbio real tendem a mudar na mesma direcção, *ceteris paribus*: por exemplo, se se registar uma apreciação da taxa de câmbio nominal, a taxa de câmbio real também tende a apreciar-se. Os preços internos que aumentam relativamente mais do que os preços externos também surtem um efeito apreciativo na taxa de câmbio real. Consequentemente, uma apreciação da taxa de câmbio real pode ser causada ou por uma apreciação da taxa de câmbio nominal ou por preços internos que aumentam relativamente mais do que os preços externos ou por uma combinação dos dois. Por implicação também se conclui que uma apreciação da taxa de câmbio real resulta numa perda de competitividade.¹⁸

¹⁷ Por exemplo, a taxa de câmbio nominal do MT face ao dólar US mostra quantos meticais são necessários para comprar um dólar. Actualmente, a taxa de câmbio nominal é de cerca de 12,500 MT por USD. Se o preço de 1 USD aumentar de 12,500 para 13,000 MT verifica-se uma depreciação e se baixar de 12,500 para 12,000 verifica-se uma apreciação do metical. Se um importador estrangeiro de bens moçambicanos após uma apreciação só receber 12,000 MT por USD, ao passo que anteriormente recebia 12,500, isso significa que ele agora tem de pagar um montante mais elevado de dólares para obter o mesmo montante de meticais. Consequentemente, os bens moçambicanos passaram a ser mais dispendiosos para o importador.

¹⁸ Do mesmo modo, uma depreciação da taxa de câmbio nominal e preços internos que aumentam a um ritmo mais baixo do que os preços externos surtem um efeito depreciativo na taxa de câmbio real. Uma depreciação da taxa de câmbio real significa uma melhoria da competitividade.

Country Economic Reports

Nicaragua 1995: A New Door Might be Opened	1996:1
Tanzania 1995: Ten Years of Economic Reform	1996:2
Laos 1995: Labour Market Adjustment and Human Resource Mobilization	1996:3
Lesotho 1995; Lesotho's Strategic Economic Options: Towards Closer Integration	1996:4
Guinea Bissau 1995: Missing the Beat	1996:5
Vietnam 1995: Sustainable Growth and the Issue of Capital	1996:6
Kenya 1995: Hesitant but Back on Track	1996:7
Zimbabwe 1995: Domestic and External Debt in Zimbabwe	1996:8
Vietnam 1996: Approaching The Next Stage of Reforms	1996:9
Tanzania 1996: The Impact of Balance of Payment Support	1996:10
Angola 1996: Hyper-Inflation, Confusion and Political Crisis	1996:11
Eritrea 1996: A Peaceful Struggle for Sustained Independence	1996:12
Laos 1996: One Step Back or One Step to the Side?	1996:13
Kenya 1996: Economic Reforms and Impediments to Growth	1996:14
Uganda 1996: Security, Credibility and Market Development	1997:1
Guinea-Bissau 1996: Looking for New Development Paths	1997:2
The South African Economy in 1996: From Reconstruction and Development to Growth, Employment and Redistribution	1997:3
Vietnam 1997: Managing the Transition to Free Trade: Vietnamese Trade Policy for the 21st Century	1997:4
Ethiopia 1996: Government legitimacy, Aid and Sustainable Development	1997:5
Vietnam 1997:2 Small, Medium, or Large?	1997:6
Tanzania 1997 The Urge to Merge: The Revival of East African Cooperation	1997:7
Laos 1997: The Poor and the Rich	1997:8

Country Economic Reports

Zimbabwe: Structural Adjustment and Productivity: A Study of the Manufacturing and Agricultural Sectors	1998:1
Uganda: Towards Results-Oriented Economic Management?	1998:2
Ethiopia: Regional and Business Sector Challenges	1998:3
Kenya: From Chaos to Prosperity?	1998:4
Angola: More Oil and Financial Problems	1998:5
Guinea-Bissau: Going into High Gear	1998:6
Cape Verde: The Economics of Mudança	1998:7
Vietnam and the Asian Crisis: Causes, consequences and cures	1998:8
Cambodia: The Challenge of Productive Employment Creation	1998:9
Sri Lanka: Institutions, Economic Policies and Economic Growth	1999:1
Tanzania: Cost-Sharing in Development Projects Principles, Practice and Problem	1999:2
Mozambique in a Post-Washington Consensus Perspective	1999:3
Moçambique: Numa Perspectiva do Consenso Pós-Washington	1999:3
Kenya:Economic Reforms with Labour Market Rigidities; The Kenya Experience	1999:4
Uganda: Uganda at the End of the 1990s: A Medium-Term Assessment	1999:5
Zimbabwe:Employment, Labour Market Reform and Trade Liberalisation Zimbabwe 1990-1997	1999:6

Country Economic Reports

Mozambique: Dutch Disease in Mozambique?	2000:1
Rwanda: rwanda Looking Ahead: Reconciliation, reform and Regional Stability	2000:2
Sri Lanka: Dispersed Industrial Pattern for Reducing Poverty and Regional Inequality in Sri Lanka	2000:3
Tanzania: Tanzania 1999: Obstacles to Private Sector Growth	2000:4
Eritrea: Eritrea 1999: A bleeding country that never kneels down	2000:5
Moçambique: Doença Holandesa Moçambique?	2000:6

SWEDISH INTERNATIONAL DEVELOPMENT COOPERATION AGENCY

Address: S-105 25 Stockholm, Sweden. Office: Sveavägen 20, Stockholm

Telephone: + 46 (0)8-698 50 00. Telefax: + 46 (0)8-20 88 64

Telegram: sida stockholm. Telex: 11450 sida sthlm. Postgiro: 1 56 34-9

ISBN 91-586-8966-4

ISSN 1404-031x